

18/03/2020

**Grande Imprensa**

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[A segurança de voltar ao lar](#)

[Ensinar a escrever](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Educação para uma cultura de paz](#)

[Todos os estados cancelam aulas na rede pública estadual](#)

[Indefinição sobre quarentena pode estender ano letivo até 2021 em SP](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Ação](#)

[Justiça barra reforma da Previdência paulista](#)

[Desafinados](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Câmara e Senado devem votar à distância durante pandemia](#)

**Imprensa Estadual**

**O ESTADO - MS**

[Abertas as inscrições, até 30 de abril, para maior prêmio da literatura nacional](#)

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[/CURSOS E CONCURSOS](#)

**MEIO NORTE - PI**

[Câmara aprova reajuste para os professores](#)

**O LIBERAL - PA**

[Rede estadual, Ananindeua e Belém sem aulas](#)

[Aulas ficam suspensas até o dia 31](#)

[Belém suspende aulas por 15 dias](#)

[Suspensão não foi precipitada, diz reitor](#)

**EDUCAÇÃO**

**O TEMPO - MG**

[TRT para aulas na rede particular](#)

[Betim suspende aulas da rede municipal temporariamente](#)

[Decisão UFMG não terá classes presenciais](#)

**Agências de notícias e sites**

**CADA MINUTO**

[Os investimentos em Ciência devem ser inalienáveis](#)

**CAMPO GRANDE NEWS**

[Pandemia nos ensina que sem ciência não há futuro](#)

**CENTRAL DE NOTÍCIAS**

[Os investimentos em Ciência devem ser inalienáveis](#)

**FOLHA DO LITORAL**

[CAPES aprova primeiro mestrado do Campus de Paranaguá](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Justiça suspende reforma da Previdência de João Doria](#)

**CATRACA LIVRE**

[MEC oferece cursos para mulheres em situação de vulnerabilidade](#)

**CORREIO WEB**

[Canal Futura oferece conteúdos para alunos que ficaram sem aula](#)

**G1**

[Aulas da rede estadual são suspensas em mais 14 municípios do Amazonas](#)

# CLIPPING



[Prefeitura suspende aulas da educação infantil de Porto Alegre a partir de segunda por causa do coronavírus](#)

[Coronavírus: escolas estaduais de SP têm menos de 5% de presença e municipais, 30% nesta terça](#)

[Rede pública de ensino do Pará suspende aulas em prevenção ao novo coronavírus](#)

## **PORTAL ÉPOCA**

[MEC estuda instalar escola militar em terra indígena em Roraima](#)

## **YAHOO! NOTÍCIAS**

[MEC adianta verba de apoio pedagógico para compra de produtos de higiene](#)

Agências de notícias e sites

## **JORNAL DA CIÊNCIA**

[Pandemia nos ensina que sem ciência não há futuro](#)

## **O DIÁRIO**

[Inscrições para o Prêmio Jabuti 2020 estão abertas](#)

## **METRÓPOLES**

[Coronavírus : instituições de todos os estados estão sem aulas](#)

## **R7**

[Ensino a distância pode ser alternativa para repor aulas](#)

Agências de notícias e sites

## **BRASIL DE FATO**

["Educar para quê?": professoras discutem os desafios para a educação pública](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC libera ensino a distância por 30 dias](#)

## **G1**

[Secretário de Educação de Alagoas recomenda ao governador suspensão das aulas da rede pública](#)

[UFS anuncia suspensão das atividades acadêmicas presenciais por quinze dias](#)

[Uncisal suspende aulas por prevenção ao novo coronavírus](#)

[UFPA suspende aulas e atividades presenciais até 12 de abril por conta de pandemia do novo coronavírus](#)

[Professores tentam barrar votação, mas Câmara de Teresina aprova reajuste salarial](#)

[UFRN suspende aulas presenciais por tempo indeterminado para conter avanço do coronavírus](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **A segurança de voltar ao lar**

Repetia o filósofo de Mondubim: “boa romaria faz, quem em sua casa fica em paz.” Em tempos de pandemia, uma novidade para as duas últimas gerações do pós-guerra, permanecer em casa, de forma obrigatória e em nome da própria sobrevivência, por certo modificará temporariamente, ao menos, o cotidiano de famílias inteiras por todo o mundo.

Desse modo será alterada, também, a dinâmica de cidades inteiras, principalmente aquelas agitadas pelo frenesi de pessoas, sempre indo e vindo, como formigas. Por certo serão alteradas, ainda, a economia de muitas metrópoles, acostumadas e economicamente dependentes dessa movimentação das pessoas. Para aquelas cidades que fervilham à noite com a boemia, será um longo período de finados. Muito mais do que os prejuízos, que serão enormes, o esvaziamento das cidades, pelo forçar da

quarentena, trará de volta um passado há muito deixado para trás, quando o escurecer do dia obrigava a todos retornar para casa e fugir das ruas escuras.

Outro hábito que poderá, ainda que por pouco tempo, ser revivido será o reagrupamento das famílias, tirando as crianças das escolas e os pais do trabalho. Quem sabe se pela imposição do momento delicado, não estarão sendo iniciados flashes de um novo modelo de vida urbana, lições que resgatem e modernizem novas relações de trabalho, com o incremento do teletrabalho e do ensino a distância, capazes, entre outras alterações positivas, reascender as relações familiares, tão absorvidas pela velocidade da vida hodierna.

Imagens que chegam da Itália, com vizinhanças inteiras retidas dentro de casa, mas cantando e tocando em grandes grupos comunitários, cada um de sua janela, mais do que uma bela e comovente imagem, parece resgatar tempos perdidos no passado, quando toda a vizinhança se reunia no fim do dia para trocar informações e histórias e que, de alguma forma, reforçavam os laços de solidariedade entre todos, criando uma espécie de grande família, onde todos pareciam repartir um destino comum.

Por aqui, o que se apresenta como uma longa e talvez árdua experiência ainda está em seu começo e pode mostrar muito sobre nossa capacidade de resiliência. Nesse sentido, e apenas para reforçar essa mudança de hábitos, é bem-vinda a decisão do Ministério da Educação (MEC) de autorizar que as escolas possam substituir as aulas presenciais da educação básica, pelo modelo a distância, ao menos nas próximas semanas, como forma de evitar aglomerações em salas fechadas. Embora permitida em caráter extraordinário, para todas as etapas do ensino básico, a adesão das escolas será facultativa.

Obviamente que esse é um modelo que se encaixa apenas para as famílias que se enquadram nessas condições. Para as demais e principalmente para a população que vive nas ruas, cujos os números não param de crescer, o perigo de contágio e de disseminação é ainda muito alto e pode pôr a perder todo o esforço que vem sendo feito para conter a proliferação do vírus.

Ao contrário da Europa, que nesse momento é apontada como o principal foco da doença, no Brasil e na América Latina a Covid-19 poderá ter perdido a força no tempo frio, podendo facilitar muito seu combate durante o calor, principalmente onde o vírus não se adapta.

topo 

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Ensinar a escrever**

#### **Oficinas literárias com Marcelino Freire e Luiz Antônio Assis Brasil oferecem caminhos para desenvolver técnicas para produzir ficção**

Marcelino Freire gosta de dizer que faz suas oficinas de criação literária para encontrar parceiros de bar. É uma brincadeira para relaxar e para mostrar que a produção literária não é um mistério. Às vezes, garante Marcelino, levar para o bar o sujeito acometido de bloqueio criativo funciona. Ajuda até a espantar clichês porque, relaxado, o suposto autor deixa aflorar a própria voz e larga de mão um padrão de escrita imposto pelo mercado. E assim, Marcelino vai levando pela mão os aspirantes a escritor com a oficina Soltando a língua, realizada desde 2003 e que, agora, chega ao Distrito Federal.

Autor de oito livros, entre eles Nossos ossos, premiado com o Machado de Assis, e

Contos negreiros, vencedor do Jabuti em 2006, Marcelino encara as oficinas como um espaço de criação, mas também de aprendizado. “Geralmente, em todos os lugares que vou formo mais leitores que escritores, porque tem muita gente que quer escrever e não quer ler, muita gente que quer publicar, mas não quer escrever”, explica o escritor. A primeira providência do professor é realizar um sorteio com papezinhos preenchidos com nomes de escritores brasileiros e latino-americanos.

Os participantes têm a missão inicial de pesquisar sobre esses autores para ampliar o universo, porque uma das constatações de Marcelino é que, muitas vezes, o sujeito quer ser escritor ou poeta mas não lê literatura nem poesia. “Escrever não é só colocar a palavra no papel, mas saber dos seus parceiros e parceiras, pessoas que se lascaram muito pra fazer o que eles estão querendo fazer. Então, logo de cara tem essa ideia de leitura e de encontrar nossas famílias literárias”, avisa o autor.

Entre os problemas comuns com os quais tem que lidar, o professor cita o bloqueio criativo. “Existe um culto ao bloqueio, à ideia de ‘estou sem inspiração, e tal’. Aí, vou dizer como faz para o seu personagem tomar cerveja com você, como dar um banho no seu personagem”, conta. “Tem muita coisa a fazer para que o personagem continue vivendo. Faço uma grande conversa, não tou ditando regra pra ninguém. Até posso cagar regra, mas dou a descarga. É uma grande conversa a partir dos dilemas.”

Entre os que participam, Marcelino identifica uma turma variada. Pela Soltando a língua passaram nomes como Sheyla Smanioto, vencedora do Prêmio Sesc de Literatura com Desesterro, e Aline Bei, ganhadora do Prêmio São Paulo de Literatura com O peso do pássaro morto, mas também amantes da literatura que acreditam poder enriquecer a compreensão das narrativas ao assistir às aulas. “Tem ouvinte que vai porque é um ótimo leitor. Ninguém é obrigado a entregar resultado, a oficina não é custo-benefício. Vai lá para o que quiser. Tem cantores e compositores que fazem minha oficina, que só escrevem letra de música e que querem ampliar seu repertório. Tem a pessoa que vai lá fazer tricô. É só chegar. No mínimo, a gente encontra amigos e amigas porque a vida está muito difícil e, se a gente não se juntar, não dá”, diz Marcelino.

## Pioneirismo

O nome do escritor e professor Luiz Antonio Assis Brasil há muito ocupa lugar de destaque quando se trata de aulas de escrita criativa. Ele introduziu a disciplina no programa de pós-graduação em Letras da PUC de Porto Alegre em 1985 e, por suas aulas, passaram alguns dos mais importantes nomes da literatura contemporânea, gente como Carol Bensimon e Daniel Galera. Agora, Assis Brasil embarca em um projeto on-line de oficinas coordenado pelo escritor e professor Jéferson Assunção e em parceria com a TAG Livros.

Na Quadro Amarelo – Plataforma de Escrita Criativa, o aluno terá acesso a 40 horas de aulas divididas em níveis básico, intermediário e avançado. Assis Brasil participa deste último como professor e integra a equipe da plataforma como supervisor. “Nesses 35 anos, o Assis Brasil gerou todo esse ambiente de escrita criativa em Porto Alegre e o que fizemos foi colocar isso na rede de maneira organizada. A ideia é que tenhamos outras temporadas e cada temporada com dois autores, professores e escritores, aumentando a diversidade. O projeto é isso: uma plataforma de escrita criativa em que o estudante pode montar seu próprio curso”, explica Jéferson.

Cada temporada terá professores convidados com autores conhecidos do meio literário, mas Jéferson ainda não revela os nomes. Intitulado Escrita para pessoas criativas, o primeiro curso vai tratar do fundamento da escrita criativa, da origem da narrativa, dos vários tipos de estruturas e do personagem de ficção, este último uma especialidade de Assis Brasil. "A personagem é tudo num romance", avisa Assis. "Nem tanto no conto contemporâneo, em que mais importa o fato do que a personagem. Mas quanto ao romance, é a personagem que o 'provoca' e, num segundo plano, dá um sentido a ele."

Em entrevista, o professor, que também é autor de 21 livros, entre eles Escrever ficção, e ganhador do Prêmio Portugal Telecom com o romance A margem imóvel do rio (2004), conta sobre como idealizou as aulas e sobre os desafios envolvidos na prática de ensinar autores a escrever.

Soltando a Língua — Oficina de Escrita Literária

Com Marcelino Freire, dias 26, 27 e 28 de março e 2, 3 e 4 de abril, quinta e sexta, das 19h30 às 22h30, e sábado, das 9h30 às 12h30, no Comoequetalá (CLN 407 Bloco B loja 17). Vagas limitadas. Investimento: R\$ 1.300,00 (até 15/03), e R\$ 1.450,00 (até 25/03, quando encerram as inscrições). Informações e inscrições: 61 9.8127.8667 ou [carvalhedoproducoes@gmail.com](mailto:carvalhedoproducoes@gmail.com) / Para assinar a Quadro Amarelo, acesse [www.quadroamarelo.com.br](http://www.quadroamarelo.com.br). Contatos: [contato@quadroamarelo.com.br](mailto:contato@quadroamarelo.com.br)

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

### Educação para uma cultura de paz

#### Escolas devem abordar igualdade de gênero e violência contra a mulher

Há o que celebrar neste mês das mulheres. O aumento na escolaridade, o crescimento do nível de ocupação e dos espaços políticos. Em outros campos, falta muito, como a ainda tímida redução das injustas diferenças salariais. E, principalmente, como também continua necessário lembrar que todo dia é dia de exigir respeito, de cobrar justiça e de dar um basta à violência. A igualdade entre mulheres e homens não é apenas um direito feminino, mas o requisito que humaniza a nossa própria existência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/educacao-para-uma-cultura-de-paz.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO

### Todos os estados cancelam aulas na rede pública estadual

#### Suspensão vale também para rede municipal das capitais; orientação se estende a colégios particulares

Todos os estados e o Distrito Federal decidiram cancelar aulas na rede estadual, a maioria antecipando recesso das férias, em razão da pandemia do novo coronavírus. O número de novos casos chegou a 291 no país, segundo último balanço do Ministério da Saúde desta terça-feira (17).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/mais-da-metade-dos-estados-cancela-aulas-na-rede-publica.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - EDUCAÇÃO

### **Indefinição sobre quarentena pode estender ano letivo até 2021 em SP Conselho tende a validar atividades a distância só no ensino médio e talvez depois no fundamental**

Suspensas as aulas em São Paulo, escolas já organizam tarefas para os alunos fazerem de casa. Ainda não se sabe, porém, se essas atividades contarão para o cálculo do período letivo obrigatório. Com isso, autoridades educacionais já avaliam que, a depender da evolução dos casos de coronavírus, as aulas deste ano terão que ser repostas aos sábados ou mesmo em janeiro de 2021.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/indefinicao-sobre-quarentena-pode-estender-ano-letivo-ate-2021-em-sp.shtml>

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

### **Ação**

Na esteira das medidas adotadas na Educação, a Prefeitura de SP decidiu desativar equipamentos esportivos da capital.

» Ação 2. Serão fechados 7 Centros Esportivos (com 23,4 mil inscritos em atividades); 278 Clubes da Comunidade; malha cicloviária (503 km); 46 Ruas de Lazer; 16 Ruas Abertas e 27 piscinas sob a gestão da Secretaria de Esportes.

» Ui. O grupo Prerrogativas virou pedra no sapato de João Doria. O coletivo de advogados é o autor do pedido de liminar, assinado pelo sindicato dos professores, que suspendeu a reforma estadual da Previdência.

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

### **Justiça barra reforma da Previdência paulista**

### **Desembargador concede liminar em ação movida por professores, que apontou irregularidade na tramitação da proposta**

O desembargador Antonio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), suspendeu, ontem, em decisão liminar, a reforma da Previdência paulista. A decisão atendeu a uma ação movida pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual foi aprovada no começo de março, em meio a confrontos entre servidores públicos e policiais militares nos corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Malheiros concordou com a tese do sindicato de que houve irregularidade na nomeação de um relator especial para substituir a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer sobre a PEC. O governo do Estado, que prevê que as novas regras resultarão em economia de R\$ 58 bilhões em 15 anos, não se manifestou até o encerramento desta edição.

A reforma da Previdência dos funcionários públicos paulistas passou em primeiro turno no dia 18 de fevereiro, pelo placar de 57 a 31. Este era o número mínimo de votos para a aprovação e o último voto só foi garantido pois a base do governo pediu uma votação nominal, que inclui o voto do presidente da Casa.

A PEC estabelece uma idade mínima para aposentadoria – de 62 anos para mulheres e 65 para os homens –, acaba com o recebimento de adicionais por tempo de serviço e proíbe a acumulação de vantagens temporárias, como o recebimento de valores adicionais na aposentadoria por ter exercido cargos de chefia no serviço público.

Pela regra aprovada pelos deputados paulistas, a idade mínima para aposentadoria dos professores agora é de 51 anos para mulheres e 56 para homens. Já policiais civis e agente penitenciários podem se aposentar a partir dos 55 anos.

Os deputados aprovaram também uma lei complementar que define a cobrança de quatro alíquotas previdenciárias progressivas para os servidores estaduais: 11% para quem ganha até um salário mínimo; 12% para quem recebe até R\$ 3 mil; 14% para quem tem salário entre R\$ 3 mil e o teto do Regime Geral da Previdência, que é de R\$ 6,1 mil; e de 16% para aqueles que ganham acima de R\$ 6,1 mil.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY**

### **Desafinados**

Professores e alunos das escolas do Theatro Municipal são contra o projeto de Lei – que extingue a Fundação Municipal – ser votado hoje na Câmara. “Isso é revoltante, bem no meio a crise do covid-19”, diz o regente da orquestra infantojuvenil, Daniel Cornejo. Grupo é contra as mudanças propostas pela secretaria de Cultura.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA**

### **Câmara e Senado devem votar à distância durante pandemia**

### **Parlamentares devem priorizar medidas de combate à pandemia e tentam evitar que projetos fiquem pendentes de aprovação, como a PEC do Fundeb**

O Senado e a Câmara dos Deputados acertaram ontem procedimentos para utilizar, a partir da próxima semana, sistemas remotos que permitam aos parlamentares realizar discussão e votação de matérias à distância.

Diante do cenário incerto por conta do novo coronavírus, a ideia é priorizar medidas de combate à pandemia, mas a medida pode também evitar que projetos fundamentais fiquem pendentes de aprovação - caso da PEC que torna o Fundo de Educação Básica (Fundeb) permanente.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/18/camara-e-senado-devem-votar-a-distancia-durante-pandemia.ghtml>

topo ↕

## **O ESTADO - MS - ARTE & LAZER**

### **Abertas as inscrições, até 30 de abril, para maior prêmio da literatura nacional**

Principal premiação de literatura brasileira, estão abertas inscrições para o Prêmio Jabuti de 2020 que, entre as novidades, tem sua 62ª edição antecipada para o mês de setembro, com Adélia Prado sendo escolhida como Personalidade do Ano, título entregue em 2019 à escritora Conceição Evaristo.

"Estamos sempre renovando o Jabuti para que ele se torne cada vez mais relevante para os leitores e para o mercado do livro", afirma Vitor Tavares, presidente da CBL.

Permanecendo a organização em quatro eixos: Literatura; Ensaios; Livro e Inovação, o 62º Prêmio Jabuti terá 20 categorias e um vencedor do Livro do Ano. Sem alteração

pelo quarto ano consecutivo, os valores de inscrição permanecem:

Para obras individuais:

R\$ 285,00 para associados da CBL;

R\$ 327,00 para autor independente, ou seja, autor (Pessoa Física) que se autopublica e não está abrigado por nenhum selo de editora ou quaisquer Pessoas Jurídicas;

R\$ 370,00 para associados de entidades congêneres;

R\$ 430,00 para não associados.

Valor das inscrições para coleções:

R\$ 440,00 para associados da CBL;

R\$ 457,00 para autor independente;

R\$ 475,00 para associados de entidades congêneres;

R\$ 515,00 para não associados.

Em nota, a Câmara Brasileira do Livro destaca que, quanto às premiações: cada um dos autores e editoras vencedoras recebem a estatueta do Prêmio Jabuti; ao autor, caberá também uma premiação em dinheiro; que o vencedor de cada uma das vinte categorias recebe R\$ 5.000 (Cinco Mil Reais) e o Vencedor do Livro do Ano: R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

Entre as novidades, a categoria Humanidades foi dividida em Ciências Humanas e Ciências Sociais, já que reunia um grupo grande de temas distintos e também porque foi, nos últimos dois anos, a categoria em que houve o maior grupo de livros inscritos, o que tornava o trabalho do avaliador mais complexo que o das demais categorias.

"Adotamos a classificação básica das ciências seguida tanto pela **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** quanto pelo CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Divididas as Humanidades em Ciências Sociais e Ciências Humanas, editores e autores terão mais clareza de onde inscrever suas obras e os jurados poderão fazer uma avaliação mais adequada dentro das duas novas vertentes de classificação", explica o curador do prêmio, Pedro Almeida.

Ao lado de Pedro, Camile Mendrot (AB Aeterno Produção Editorial); Mariana Mendes (Canal Bondelê); Cassius Medauar (Jornalista, Editor, Professor e Tradutor) e Marcos Marcionilo (Sócio e Publisher da Parábola Editorial).

Sendo três para cada categorias, os 60 jurados integrantes do corpo deverão selecionar 13 obras e, assim, atribuir nota em até dois meses. De 17 de março a 30 de abril de 2020, poderão se inscrever ao Prêmio Jabuti obras inéditas com ISBN e Ficha Catalográfica, impressas ou digitais, publicadas em língua portuguesa no Brasil, em primeira edição, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

Pedro comenta que: "a nova categoria renova o prêmio e o atualiza com o que acontece e se produz na indústria editorial, diante dos olhos de um público leitor e, mais do que nunca, inova. É o Prêmio Jabuti atravessando as fronteiras da academia para chegar ainda próximo dos leitores. Buscamos com essa inclusão reconhecer os autores nacionais de ficção para que eles se tornem tão populares quanto Tolkien (fantasia), Shelley e Bram Stoker (terror), Julio Verne (aventura), Charlotte Brontë e José Mauro Vasconcelos (romances sentimentais) e Agatha Christie (Mistério)", destaca Almeida.



## Personalidade literária 2020

Depois de homenagear a Conceição Evaristo na última edição, este ano a grande homenageada do Jabuti 2020 será a escritora Adélia Prado.

Em 1978, seu livro de poemas, "O Coração Disparado", recebeu o Prêmio Jabuti, e logo depois alçou voos para outros países. Desde então Adélia recebeu muitas outras condecorações nacionais e internacionais, entre elas, o maior Prêmio Canadense de poesia, o Griffin. Como reconhecimento de seu talento, sua obra é estudada em universidades de todos os continentes.

Por sua obra e seu compromisso intenso com as artes, e principalmente com nossa Literatura, temos a honra de anunciar que Adélia Prado foi escolhida pela Câmara Brasileira do Livro como a personalidade literária da 62ª edição do Prêmio Jabuti. (Com assessoria)

SERVIÇO: As inscrições vão de 17 de março a 30 de abril de 2020 e podem ser feitas por meio do site "premiojabuti. [org.br](http://org.br)" onde está disposto o regulamento completo da premiação.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL /CURSOS E CONCURSOS**

UNIVATES - Até o dia 6/5, a Univates recebe inscrições para o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia. São 20 vagas de mestrado e 10 de doutorado. Os interessados poderão escolher as áreas de concentração em Biotecnologia Agroalimentar ou Biotecnologia em Saúde. Site: [www.univates.br/ppgbiotec](http://www.univates.br/ppgbiotec).

FACULDADE - O Pelotas Parque Tecnológico recebe, a partir deste mês, os novos cursos da Faculdade Inspirar - Unidade Pelotas voltados à área de saúde e fisioterapia. A parceria irá movimentar, pelo menos, mais 60 pessoas no local, e outros cursos já estão previstos para os próximos meses. Fone: (53) 99903-4140.

GRAMÁTICA - A Universidade do Livro está com turma aberta para o curso on-line Gramática para preparadores e revisores de texto, ministrado por Ibraíma Dafonte Tavares. Aulas semanais acontecem de 27/4 a 29/6. Site: [www.universidadedolivro.com.br](http://www.universidadedolivro.com.br).

FEEVALE - Com o objetivo de preparar o educador para os desafios da docência no Ensino Superior, a Universidade Feevale realiza a especialização em Docência Universitária no Século XXI. As inscrições para o curso, que acontecerá de forma digital, estão abertas. A estrutura do curso é modular e flexível, o que faz com que o estudante possa ingressar no curso por qualquer módulo. Site: [www.feevale.br/lato](http://www.feevale.br/lato).

topo ↕

## **MEIO NORTE - PI - POLÍTICA**

### **Câmara aprova reajuste para os professores**

Com o plenário ocupado por manifestantes, a Câmara Municipal de Teresina realizou a votação da proposta que reajusta o salário do magistério em sessão nesta terça-feira, 17 de março, fora do ambiente habitual. A apreciação da matéria ocorreu no Plenarinho, a medida excepcional já havia sido sinalizada nos últimos dias. A maioria dos

parlamentares votou pela aprovação.

Diante da medida, a proposição será encaminhada para a sanção do prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB). De acordo com a matéria, o reajuste de 12,84% será dividido em duas parcelas. A medida visa resguardar as finanças da Prefeitura, em virtude da crise econômica que o país enfrenta, o que tem impactado os repasses federais. "A maioria dos vereadores decidiu pela aprovação. Agora caberá aos professores procurarem a Justiça, se eles entenderem que a proposta é inconstitucional", indicou o presidente da Câmara, Jeová Alencar (PSDB). Cabe indicar que o reajuste de 12,84% no piso salarial dos professores da educação básica em início de carreira, de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.888,24, foi concedido pelo Governo Federal em janeiro. O aumento já estava previsto na Lei do Piso (Lei 11.738), de 2008, que estabelece aumento anual no mês de janeiro. A legislação ainda determina o cálculo base do reajuste na variação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Prefeituras de todo o Estado vem enfrentando dificuldades para pagar o reajuste do piso, de acordo com estimativa da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), o aumento impactará em mais de R\$ 170 milhões as contas municipais no Piauí. (F.T.)

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CIDADES**

### **Rede estadual, Ananindeua e Belém sem aulas**

### **CORONAVÍRUS - A partir de hoje, escolas gerenciadas pelo Estado e pelas duas prefeituras da Grande Belém fecham as portas contra o vírus**

As aulas nas escolas estaduais e dos municípios de Belém e Ananindeua estão suspensas. As aulas e atividades presenciais da Universidade do Estado do Pará (Uepa), da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto Federal do Pará (IFPA), da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (Unifesspa) também. Todas as medidas foram anunciadas ontem. Essas medidas, preventivas contra o novo coronavírus, afetam mais de 800 mil estudantes e alteram a rotina de várias famílias no estado.

Há algumas diferenças entre os prazos de suspensão de atividades. Com exceção da UFPA e da Ufra, quase todas as instituições adotarão 15 dias. A UFPA fará por 25 dias e a Ufra por apenas nove dias. No entanto, essas alterações nas rotinas poderão ser prolongadas. Tudo depende de como fica o quadro epidemiológico da covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus, no Pará e no Brasil. Até a noite de ontem, não havia casos confirmados no Estado.

O governador Helder Barbalho garantiu que a merenda escolar — muitas vezes a principal refeição de muitos estudantes da rede pública — estará disponível para ser retirada, pelos alunos matriculados regulamente, nas unidades de ensino. A mesma decisão foi tomada pelas prefeituras de Belém e Ananindeua. Quem ainda não souber da alteração, vai receber informações nas portas das escolas. Hoje, outras prefeituras devem se pronunciar sobre as escolas municipais, como Marituba.

Na rede estadual, são 936 escolas e 600 mil alunos. Em Belém, há 72 mil alunos. Em Ananindeua, são 40 mil alunos. A UFPA tem mais de 60 mil, somando todos os níveis e programas. A Uepa tem 17 mil. A Ufra tem 11.510. As suspensões afetam todas as unidades de todo o estado. Por enquanto, a Universidade Federal do Oeste do Pará

(Ufopa) não anunciou suspensão de atividades.

Universidades e faculdades particulares já vinham anunciando suspensões desde segunda-feira (16) e confirmaram, novamente, nesta terça. Entre as instituições com atividades suspensas estão Unama, Uninassau, Cesupa, Faci / Wyden, Estácio, Fibra e Feapa. Escolas particulares também têm feito anúncios, de formas diretas às comunidades escolares, sobre a medida de prevenção contra o novo coronavírus. Entre as que confirmaram estão o colégio Nazaré, Ideal, Equipe, Pequeno Príncipe, Alfa, Aslan, John Knox e Triunfo. Cada família deve ficar atenta às orientações das escolas.

Serviços de saúde e atividades assistenciais das universidades devem ser mantidos. O trabalho administrativo ou será a distância ou será com o mínimo necessário para operação. Muitas decisões dependem de avaliações dos próximos dias. No entanto, não se trata de folga. Algumas instituições poderão organizar atividades a distância com alunos também. Todos os estudantes e trabalhadores devem ficar atentos às determinações.

Justamente por não ser mera folga, todas as administrações universitárias, prefeitos e o governador reforçam: a população deve ficarem casa e se precaver.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CIDADES**

### **Aulas ficam suspensas até o dia 31**

Ontem, em coletiva de imprensa, o governador Helder Barbalho informou que ficam suspensas, a partir de hoje, as aulas de escolas da rede pública do Estado, o que envolve unidades do Ensino Fundamental, Ensino Médio e também da Universidade do Estado do Pará (Uepa) e escolas tecnológicas, até o dia 31 deste mês. A partir dessa data, o processo será avaliado.

O isolamento de pessoas somente ocorrerá de acordo com a validação do contágio, ou seja, sendo positivo um caso este e os familiares da pessoas serão monitorados full time pela Sespa, permanecendo em casa. Sobre quem não pode comprar o álcool gel, o governador disse espera a validação da isenção do ICMS para esse produto para esta semana, rebaixando o preço em 17%, para que famílias possam acessá-lo.

Como disse o governador, quem não puder comprar álcool gel, pode usar sabonete para higienização. Sobre uso da água para lavar as mãos, o governador disse que foi sanado um problema em equipamento da Cosanpa na Terra Firme. E neste final de semana, o Governo inaugurará obras de captação e distribuição de água: captação no Bolonha, em Marituba, Icoaraci e Outeiro.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CIDADES**

### **Belém suspende aulas por 15 dias**

As aulas na rede municipal pública de Educação de Belém do Pará estão suspensas por um prazo de 15 dias. A Secretaria Municipal de Saúde (Semec) providenciará o repasse de kits de merenda às famílias dos estudantes. A informação foi prestada pelo prefeito Zenaldo Coutinho, em entrevista coletiva, ontem à tarde. O gestor municipal anunciou que a PMB decretou estado de emergência preventiva contra o novo coronavírus. Até ontem, Belém registrou 39 notificações, 16 descartados e 29 caso de Covid-19 em investigação.

"Nós estamos proibindo eventos, independente da quantidade, com caráter nacional, regional, com pessoas de outros estados (de áreas de transmissão comunitária), sobretudo, porque nós temos uma situação dramática acontecendo em São Paulo, com transmissão comunitária no Rio de Janeiro. Estamos também suspendendo as aulas da rede municipal, determinando a higienização dos ônibus ao final de cada viagem, fazendo o controle do espaços públicos municipais; vamos parar as atividades no Bosque Rodrigues Alves, nos museus, e orientando que as pessoas não estejam em lugares de muita concentração", afirmou o prefeito. No caso, orientação para que não ocorra volume intenso de pessoas em shopping centers, restaurantes, cinemas e teatros.

A Prefeitura recomenda que quem chegar no aeroporto de viagem da China, EUA, Irã e Europa que se submeta a isolamento voluntário de sete dias, em caso assintomático; em caso sintomático, que se isole imediatamente por 14 dias. Está proibido o desembarque de cruzeiros em Belém por 15 dias. As inaugurações da PMB serão sem público.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - CIDADES**

### **Suspensão não foi precipitada, diz reitor**

O reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, declarou que não considera precipitada a decisão de suspender aulas e outras atividades da instituição por 25 dias. Na tarde de ontem, em entrevista coletiva, ele explicou as razões para a medida, que foi anunciada pela manhã. E detalhou como fica a rotina da maior universidade do norte do Brasil nos próximos dias. O prazo de suspensão pode ser ampliado, dependendo do cenário dinâmico da pandemia. Por enquanto, somente a estrutura de atendimento à saúde está mantida. E também as atividades assistenciais de projetos de extensão e residência médica (as aulas da residência não). O Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) é uma referência em atendimento de infectologia. No entanto, Regina Feio, diretora do complexo hospitalar, reforça que as pessoas só devem procurar o hospital se estiverem referenciadas e devidamente encaminhadas. Inicialmente, a previsão de retorno total das atividades é 12 de abril. Só que isso depende de, até lá, o quadro epidemiológico do novo coronavírus no Pará e no Brasil não piorar. Até a noite desta terça-feira (17), não havia casos confirmados da Covid-19. Mas ainda há casos suspeito sob análise e as primeiras mortes, em território nacional, já foram registradas. Logo, os cuidados são necessários frente à preocupação popular. A UFPA tem mais de 60 mil alunos, somando graduação, programas de pós-graduação, a educação básica e programas e projetos diversos.

Por enquanto o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), a escola de aplicação da universidade, ainda não anunciou suspensão de atividades. Mas como toda a rede estadual e as municipais de Belém e Ananindeua pararam, é possível que isso seja ajustado hoje. Há ainda 5 mil servidores, entre professores e técnicos.

O reitor da UFPA diz que não tem, neste momento, como analisar os prejuízos às aulas. E ressalta que não paralisou a UFPA. Segundo ele, cada instituto e estrutura deverá avaliar como atender aos alunos, público e programas com atividades a distância.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70**

### **EDUCAÇÃO**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vai liberar R\$ 450 milhões para as escolas públicas nos próximos dias. Trata-se de antecipação do repasse das duas parcelas do programa "Dinheiro Direto na Escola", que tinha previsão inicial de liberação para abril e setembro. A medida é importante para auxiliar as unidades de

ensino na compra de álcool em gel, sabonete líquido, toalhas de papel e outros produtos de higiene.

## MONITORAMENTO

A decisão do Comitê Operativo de Emergência do MEC, na última segunda-feira, atende à necessidade dar suporte à plataforma de monitoramento do coronavírus nas instituições de ensino. Também foram deliberados o repasse de recursos para as escolas de educação básica reforçar medidas de prevenção e a flexibilização da oferta de aulas na modalidade à distância no sistema federal de ensino.

## DADOS

Para acompanhar a situação nas unidades de educação básica, profissional e tecnológica e superior, o MEC criou um sistema online que permite a integração de dados sobre o coronavírus. A ferramenta reunirá informações dos Censos Escolar (educação básica) e de Educação Superior, além do número de pessoas infectadas e as instituições com aulas suspensas. A ideia é monitorar em tempo real as redes de ensino e orientar ações rápidas.

topo ↕

## O TEMPO - MG - CIDADES

### TRT para aulas na rede particular

#### **Decisão do órgão visa manter estudantes em casa até 31 de março**

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) acatou, ontem, um pedido do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e suspendeu as aulas em escolas particulares a partir de amanhã até o dia 31 de março, visando à prevenção contra o coronavírus. No caso de descumprimento, as escolas terão que pagar multa de R\$ 30 mil por dia. O salário dos professores não poderá sofrer desconto, mas a compensação pelos dias não trabalhados deve ser negociada entre profissionais de educação e escolas. Ainda cabe recurso à decisão, assinada pela desembargadora Camilla Zeidler.

Antes mesmo da liminar, diversas escolas particulares já haviam anunciado o cancelamento das atividades presenciais entre os dias 18 e 22 de março, seguindo a recomendação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais — que suspendeu as aulas da rede estadual nesse prazo — e do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep-MG).

Alguns dos colégios mais tradicionais de Belo Horizonte, como Mangabeiras, Balão Vermelho, Santa Maria, Padre Eustáquio, Marista Dom Silvério, Arnaldo, Loyola, Imaculada Conceição, Santo Agostinho, Santo Antônio, Santo Tomás de Aquino, Colegium e Chromos, tomaram a medida visando preservar os estudantes de uma possível exposição ao vírus.

Segundo a presidente do Sinep-MG, Zuleica Reis Ávila, trata-se de um momento de preparação para um possível fechamento futuro das escolas, sem data para terminar. Uma das preocupações das instituições, diz ela, é não perder o ano letivo. Isso porque todas as escolas precisam ter pelo menos 200 dias de aula por ano, o que pode ser comprometido no caso de precisarem manter as portas fechadas por muito tempo — contando recessos, férias de julho e dezembro e datas como a Semana das Crianças.

De acordo com dados do Sinep-MG, a rede particular da educação básica (do ensino

infantil ao médio) de Minas Gerais tem cerca de 654,5 mil alunos — 150,6 mil deles em Belo Horizonte.

topo ↕

## O TEMPO - MG - CIDADES

### **Betim suspende aulas da rede municipal temporariamente**

A Prefeitura de Betim, na região metropolitana de BH, decidiu suspender temporariamente as aulas na rede municipal de ensino a partir de amanhã. A suspensão momentânea é para evitar a disseminação do novo coronavírus. A previsão inicial é que as aulas retornem na próxima segunda-feira.

"Estamos seguindo a orientação do governo do Estado e suspendendo as aulas na rede Fundamental, tanto para os alunos do ensino fundamental tanto para os dos centros infantis. Retomaremos na segunda-feira, caso não seja necessário prorrogar essa suspensão", explicou o secretário municipal de Educação, Pedro de Oliveira.

O prefeito de Betim, Vitto-rio Medioli, disse em suas redes sociais ontem que a situação será analisada diariamente. "As ações podem ser prorrogadas, alteradas a qualquer momento de acordo com as orientações dos governos estadual e federal. No domingo (22), de posse de mais informações do Ministério da Saúde e do governo do Estado, reavaliaremos a questão das aulas, se serão prorrogadas ou não", afirmou. (José Augusto Alves)

topo ↕

## O TEMPO - MG - CIDADES

### **Decisão UFMG não terá classes presenciais**

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) anunciou, ontem, a interrupção das aulas presenciais a partir de amanhã e por tempo indeterminado. "Quando ficou claro que havia a necessidade de instituir o distanciamento social, passamos a discutir esse posicionamento com o governo do Estado, porque essa é uma medida de forte impacto social, humano e econômico e não tem efetividade se não for coordenada com todos os atores", explicou, em nota, a reitora da universidade, Sandra Regina Goulart Almeida.

A medida foi tomada após reunião com os reitores das instituições públicas de ensino superior de Minas Gerais. Sandra justificou certa demora na decisão ao lembrar que a comunidade engloba 60 mil pessoas. "Não podemos sobrecarregar rodoviárias, por exemplo, e parte expressiva de nossos alunos hoje não é de Belo Horizonte. Muitos deles dependem dos nossos restaurantes universitários para se alimentar, precisamos continuar garantindo essa alimentação até a hora que for o momento de interromper completamente as atividades", informou. (Da redação)

topo ↕

## CADA MINUTO - TEMPO REAL

### **Os investimentos em Ciência devem ser inalienáveis**

Os investimentos em Ciência e Tecnologia deveriam ser inalienáveis. Toda sociedade que se preza e preserva procura no conhecimento científico acumulado a fonte de suas grandes decisões, do progresso material e, nos termos hegelianos, espiritual.

A crise mundial do Coronavírus 2019 Disease (COVID-19) é uma emblemática situação que nos faz refletir como o desenvolvimento científico é importante, com destaque para a ciência básica, aquela que muitas vezes do inesperado saem tantas respostas para os dilemas da humanidade e seu entendimento sobre o funcionamento da natureza.

O recente editorial na prestigiada revista científica *Science*, pelo seu coordenador, H. Holden Thorp, respondeu, elegantemente, as pressões do presidente dos EUA, Donald Trump, por mais rapidez da comunidade científica norte-americana nas respostas à pandemia do COVID-19. Thorp exaltou o desprestígio governamental que a ciência e os pesquisadores no país estão enfrentando. Se a maior potência econômica mundial passou a tratar sua estrutura científica da maneira relatada pelo editor da *Science*, é porque algo de muito grave acontece na relação entre política e o conhecimento (acesse aqui o texto). Logo os EUA que somente chegaram a liderança econômica, tecnológica e bélica internacional porque assentou seu longo processo de desenvolvimento, desde a segunda metade do século XIX cruzando todo o posterior, na ciência, inclusive atraindo grandes cérebros de várias partes do planeta.

Segundo as melhores estimativas, uma nova vacina para enfrentar o COVID-29 só sairá, em definitivo, daqui pelo menos a dois anos. A ciência básica nas áreas de saúde e epidemiologia trabalha a pleno vapor, com pesquisadores do mundo inteiro cooperando, discutindo, publicando artigos para divulgar resultados primários e avaliando o dinâmico quadro pandêmico, ultrapassando fronteiras geográficas e políticas.

As crises anteriores provocadas por outros vírus servem como referências para fazer avançar a ciência sobre as possíveis soluções do atual quadro de calamidade. Agora, imaginemos um período mais longo e permanente de redução dos recursos e investimentos para os laboratórios de pesquisa, formação de novos profissionais, compra de insumos e equipamentos, instalação e manutenção dessas estruturas etc. Tudo ficaria muito mais difícil e o fator tempo seria uma variável ainda mais contrária à solução de grandes problemas que a humanidade ainda enfrenta, especialmente o COVID-19 nesse momento.

Então, por que continuar sacrificando o desenvolvimento da ciência se o que já sabíamos de seu papel na sociedade nesse momento se impõe com tanta força e veemência diante das circunstâncias provocadas por essa pandemia? Por que continuar tratando os cientistas como inimigos nacionais, desqualificando seus trabalhos e opiniões? Cortar investimentos e contingenciar fortemente os orçamentos públicos?

No Brasil, a política econômica sacrifica o sistema nacional de produção científica contingenciando a sua principal fonte de recursos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), felizmente retirado da PEC 187/19 que extingue os fundos públicos e incluía o FNDCT. Graças a mobilização da comunidade científica e acadêmica, especialmente da Iniciativa da Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), que reúne entidades como SBPC, ABC, Andifes, Confap, Conif, Profies, Confies etc.

Poucos na sociedade têm conhecimento que o FNDCT que é mantido com recursos originários das atividades econômicas privadas, portanto não são receitas públicas, contribuições que deveriam ficar completamente de fora da estratégia governamental de austeridade fiscal. Dos R\$ 4,6 bilhões de arrecadação previstos esse ano pelo FNDCT, 4 bilhões cairão na “reserva de contingência” e boa parte dos 600 milhões poderão contemplar projetos de P&D na área militar, de defesa, direcionados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por ironia, nesse momento parte dos cientistas brasileiros se desdobram como podem

trabalhando para minimizar os efeitos da situação instalada pelo COVID-19. Estamos muito próximos da saturação nas condições de trabalhos dos pesquisadores brasileiros e laboratórios, em razão da queda vertiginosa dos investimentos e financiamento.

Para se ter uma dimensão do problema, está previsto para esse ano no orçamento da principal agência federal de fomento da ciência brasileira, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apenas R\$ 16 milhões para o custeio das pesquisas. Recursos do Tesouro Nacional. Do FNDCT, principal fonte dos programas do CNPq, zero de repasse, isso mesmo, nada!! Chegamos numa situação absolutamente esdrúxula: a agência federal contará com aproximadamente R\$ 800 milhões para pagamento de bolsas em várias modalidades para os pesquisadores, mas eles não terão recursos (para custeio e capital) para dar andamento aos projetos ou iniciar novos programas de pesquisa. E vale lembrar: isso tudo diante de uma grande pandemia de consequências imprevisíveis na sociedade brasileira.

Ou seja, é imperioso que o Brasil adote, urgentemente, uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação que leve em conta: i) uma fonte perene e não contingenciável de recursos, ii) atenda as prioridades nacionais, iii) estabeleça uma forte interação e intercâmbio internacional, iv) fortaleça as agências federais (Capes, CNPq e Finep) e os institutos nacionais de pesquisa e v) coopere com as agências estaduais de fomento aos ecossistemas de ciência e tecnologia (Fundações de Amparo), através de convênios e termos de cooperação.

topo 

## **CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL**

### **Pandemia nos ensina que sem ciência não há futuro**

O avanço da Sars-Cov-2 e do covid-19 tem modificado rotinas drasticamente ao redor do mundo. Após o alastramento na China, Irã e Itália sofrem com letalidade acima do observado em território chinês. Mais recentemente, potências como EUA têm seu sistema de saúde sobrecarregado e países como o Brasil passam a seguir orientações sanitárias e apostam em medidas para retardação da crise, tendo o SUS como determinante.

Dentre as lições da Itália no combate ao coronavírus, cabe destaque ao gráfico elaborado por D. Harris e adaptado por C. Bergstrom sobre a retardação do pico da epidemia. Segundo pesquisadores, medidas de controle como lavar as mãos, trabalho remoto, evitar sair de casa, restrições a aglomerações e viagens podem proporcionar não apenas o achatamento da curva de contágio, mas retardar seu pico – evitando sobrecarregar o sistema de saúde e viabilizando tempo para adequação de normas e procedimentos em relação à pandemia –, caso contrário, não há leitos, máscaras, respiradores, equipe ou estrutura para atender a população contaminada.

Nesse cenário, enquanto os altos custos limitam os cidadãos estadunidenses de realizarem os testes do covid-19 – desestimulando o atendimento primário –, o SUS tem disponibilizado testes gratuitos em larga escala através de parceria com a Fiocruz. A própria adoção de protocolo unificado de atendimento e proteção à população demanda articulação que só existe decorrente de anos de enraizamento da Estratégia Saúde da Família e de atenção básica que o sistema universalizado propicia.

Para além do SUS, tal operação de retardação do contágio é somente possível através da cooperação da comunidade científica internacional. A questão é também econômica,



pois ao não distribuir o contágio através do achatamento da curva, pessoas doentes ou em quarentena não poderão desempenhar suas funções, interrompendo cadeias de produção. Do distanciamento social até a mudança de rotina, foram necessários exemplos práticos do alastramento do covid-19 e da sobrecarga do sistema de saúde com mortes na Itália e Irã para que os governos de diversos países se mobilizassem aos alertas de cientistas.

## Vácuo

No campo da ciência política, autores como P. Bachrach e M. Baratz (1963) apontam a não decisão como uma forma de decisão. Diversos são os exemplos no caso brasileiro, do contingenciamento de recursos para universidades e bolsas de pesquisa – incluindo no campo de saúde, da **Capes** e CNPq – à relativização do governo diante do exponencial desmatamento da Amazônia, como aponta a pesquisadora Gabriela Lotta.

Como sempre, o obscurantismo não ataca apenas retoricamente as universidades e a produção científica, mas influi diretamente no corte de verbas e no esvaziamento dos institutos de pesquisa. Da mesma forma, minimiza os impactos climáticos e desdenha dos alertas da comunidade científica, tratando as evidências como opiniões a serem rebatidas sem dados ou referências.

No entanto, com o covid-19, a imobilidade consciente causada por teorias conspiratórias no núcleo de governos foi varrida pelo avanço explícito do vírus, fazendo da comunidade científica linha de frente do real combate à pandemia – exemplo do sequenciamento genético do vírus pelas pesquisadoras da USP Ester Cerdeira e Jaqueline Goes, em apenas 48 horas, e da vacina em desenvolvimento por cientistas do Incor, da Faculdade de Medicina da USP. É da inércia de governos em meio ao caos que a comunidade científica pode – e deve – explorar contradições e se apresentar à população ao expor as consequências para seu futuro.

Tal prontidão de cientistas nos mais diversos países tem constituído uma rede sólida de informações, colocando a ciência na vanguarda das decisões governamentais. Com a coalizão sendo pautada pela ciência, inaugura-se a oportunidade de combater o obscurantismo institucionalmente, utilizando da transparência e atualização constante das medidas adotadas como instrumentos de supressão das fake news, por exemplo.

## Responsabilidade

O texto publicado pela jornalista italiana Mariella Bussolati no Business Insider, “Pandemia em tempos de Antropoceno”, nos recorda que “a emergência do coronavírus nos dá a oportunidade de nos prepararmos para enfrentar a emergência climática e ambiental” que se acirrará nas próximas décadas. Ainda, diante do imediatismo do governo dos EUA em cobrar vacina da comunidade científica após diversos cortes na saúde, em nota publicada pela centenária revista Science, o pesquisador e editor H. H. Thorp respondeu: “Ciência não se faz da noite para o dia, precisa de investimento e, sobretudo para uma vacina, precisa-se de tempo e investimento”.

Durante a pandemia, aprendemos arduamente a necessidade de financiamento progressivo e constante para que a comunidade científica esteja a postos para eventuais crises. Aliás, ciência se faz a longo prazo, não para atender apenas ao imediatismo. Mais

do que isso, a universalidade e gratuidade do atendimento do SUS, com sua excelência e eficácia no monitoramento e contenção do coronavírus, e a valorização da ciência e da universidade – junto aos institutos de pesquisa –, com sua incorporação aos processos de tomada de decisão governamental, se mostram cada vez mais fundamentais à vida.

É necessário utilizar do protagonismo em meio à pauta para que além de conduzir cooperativamente com os governos a gestão da atual crise, se consolide espaço para a ciência ter voz e influência, pois a comunidade científica está provando que, quando um alerta é realmente ouvido, torna-se possível reagir rápido o suficiente para sua contenção.

Por fim, com a experiência do covid-19 e antes que a emergência climática e ambiental se torne irreversível, por exemplo, é necessário também que estejamos atentos, pois todo filme de desastre começa com cientistas sendo ignorados.

(\*) Ergon Cugler, pesquisador da EACH/USP, associado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e ao Grupo de Estudos em Tecnologia e Inovações na Gestão Pública (GETIP).

topo ↕

## CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

### **Os investimentos em Ciência devem ser inalienáveis**

Os investimentos em Ciência e Tecnologia deveriam ser inalienáveis. Toda sociedade que se preza e preserva procura no conhecimento científico acumulado a fonte de suas grandes decisões, do progresso material e, nos termos hegelianos, espiritual.

A crise mundial do Coronavírus 2019 Disease (COVID-19) é uma emblemática situação que nos faz refletir como o desenvolvimento científico é importante, com destaque para a ciência básica, aquela que muitas vezes do inesperado saem tantas respostas para os dilemas da humanidade e seu entendimento sobre o funcionamento da natureza.

O recente editorial na prestigiada revista científica Science, pelo seu coordenador, H. Holden Thorp, respondeu, elegantemente, as pressões do presidente dos EUA, Donald Trump, por mais rapidez da comunidade científica norte-americana nas respostas à pandemia do COVID-19. Thorp exaltou o desprestígio governamental que a ciência e os pesquisadores no país estão enfrentando. Se a maior potência econômica mundial passou a tratar sua estrutura científica da maneira relatada pelo editor da Science, é porque algo de muito grave acontece na relação entre política e o conhecimento (acesse aqui o texto). Logo os EUA que somente chegaram a liderança econômica, tecnológica e bélica internacional porque assentou seu longo processo de desenvolvimento, desde a segunda metade do século XIX cruzando todo o posterior, na ciência, inclusive atraindo grandes cérebros de várias partes do planeta.

Segundo as melhores estimativas, uma nova vacina para enfrentar o COVID-29 só sairá, em definitivo, daqui pelo menos a dois anos. A ciência básica nas áreas de saúde e epidemiologia trabalha a pleno vapor, com pesquisadores do mundo inteiro cooperando, discutindo, publicando artigos para divulgar resultados primários e avaliando o dinâmico quadro pandêmico, ultrapassando fronteiras geográficas e políticas.

As crises anteriores provocadas por outros vírus servem como referências para fazer avançar a ciência sobre as possíveis soluções do atual quadro de calamidade. Agora,

imaginemos um período mais longo e permanente de redução dos recursos e investimentos para os laboratórios de pesquisa, formação de novos profissionais, compra de insumos e equipamentos, instalação e manutenção dessas estruturas etc. Tudo ficaria muito mais difícil e o fator tempo seria uma variável ainda mais contrária à solução de grandes problemas que a humanidade ainda enfrenta, especialmente o COVID-19 nesse momento.

Então, por que continuar sacrificando o desenvolvimento da ciência se o que já sabíamos de seu papel na sociedade nesse momento se impõe com tanta força e veemência diante das circunstâncias provocadas por essa pandemia? Por que continuar tratando os cientistas como inimigos nacionais, desqualificando seus trabalhos e opiniões? Cortar investimentos e contingenciar fortemente os orçamentos públicos?

No Brasil, a política econômica sacrifica o sistema nacional de produção científica contingenciando a sua principal fonte de recursos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), felizmente retirado da PEC 187/19 que extingue os fundos públicos e incluía o FNDCT. Graças a mobilização da comunidade científica e acadêmica, especialmente da Iniciativa da Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), que reúne entidades como SBPC, ABC, Andifes, Confap, Conif, Profies, Confies etc.

Poucos na sociedade têm conhecimento que o FNDCT que é mantido com recursos originários das atividades econômicas privadas, portanto não são receitas públicas, contribuições que deveriam ficar completamente de fora da estratégia governamental de austeridade fiscal. Dos R\$ 4,6 bilhões de arrecadação previstos esse ano pelo FNDCT, 4 bilhões cairão na “reserva de contingência” e boa parte dos 600 milhões poderão contemplar projetos de P&D na área militar, de defesa, direcionados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por ironia, nesse momento parte dos cientistas brasileiros se desdobram como podem trabalhando para minimizar os efeitos da situação instalada pelo COVID-19. Estamos muito próximos da saturação nas condições de trabalhos dos pesquisadores brasileiros e laboratórios, em razão da queda vertiginosa dos investimentos e financiamento.

Para se ter uma dimensão do problema, está previsto para esse ano no orçamento da principal agência federal de fomento da ciência brasileira, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apenas R\$ 16 milhões para o custeio das pesquisas. Recursos do Tesouro Nacional. Do FNDCT, principal fonte dos programas do CNPq, zero de repasse, isso mesmo, nada!! Chegamos numa situação absolutamente esdrúxula: a agência federal contará com aproximadamente R\$ 800 milhões para pagamento de bolsas em várias modalidades para os pesquisadores, mas eles não terão recursos (para custeio e capital) para dar andamento aos projetos ou iniciar novos programas de pesquisa. E vale lembrar: isso tudo diante de uma grande pandemia de consequências imprevisíveis na sociedade brasileira.

Ou seja, é imperioso que o Brasil adote, urgentemente, uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação que leve em conta: i) uma fonte perene e não contingenciável de recursos, ii) atenda as prioridades nacionais, iii) estabeleça uma forte interação e intercâmbio internacional, iv) fortaleça as agências federais (**Capes**, CNPq e Finep) e os institutos nacionais de pesquisa e v) coopere com as agências estaduais de fomento aos

ecossistemas de ciência e tecnologia (Fundações de Amparo), através de convênios e termos de cooperação.

topo ↕

## **FOLHA DO LITORAL - TEMPO REAL**

### **CAPES aprova primeiro mestrado do Campus de Paranaguá**

A proposta do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais – Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI), em nível de mestrado acadêmico, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranaguá, acaba de ser oficialmente aprovada pelo Comitê Técnico-Científico da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. É o primeiro curso de Mestrado sediado do campus e também o primeiro na área de Ciências Ambientais em Paranaguá.

“Estamos bem empolgados, é nosso objetivo há bastante tempo”, conta o coordenador do curso, Rafael Metri. Ele explica, ainda, que a proposta vem sendo formatada desde 2011. O PALI tem como objetivo promover o desenvolvimento social, priorizando a qualidade ambiental e estimulando a conservação da biodiversidade e seu uso racional por meio de uma abordagem interdisciplinar.

Serão duas linhas de pesquisa no Mestrado: Conservação da biodiversidade em ambientes litorâneos e insulares e Sustentabilidade em ambientes litorâneos e insulares. “A Unespar assume, no litoral do Estado, um protagonismo na formação de recursos humanos voltados à área ambiental”, completa Metri. O curso tem como objetivo a geração de soluções inovadoras para problemas ambientais, contemplando a conservação, a educação ambiental, a sustentabilidade e o desenvolvimento social.

Ao todo, são 16 professores cadastrados. É uma proposta interdisciplinar que une as áreas ambiental e social, envolvendo os colegiados de Ciências Biológicas, Administração e História. Uma reunião será realizada nos próximos dias para definir o calendário.

## CONTATO

Contatos com a EJIM Consultoria podem ser feitos através do e-mail [ejim@unespar.edu.br](mailto:ejim@unespar.edu.br) ou diretamente na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus de Paranaguá na Rua Comendador Correa Júnior, 117.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Justiça suspende reforma da Previdência de João Doria**

**A ação, movida pela deputada Professora Bebel (PT) e sindicato de professores, argumenta que a proposta atropelou os trâmites legislativos**

SÃO PAULO — O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu a implementação da reforma da Previdência no estado, aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e sancionada no começo do mês pelo governador João Doria (PSDB).

O desembargador Antonio Carlos Malheiros aceitou os argumentos dos autores da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), segundo os quais a tramitação da reforma não

seguiu o rito normal de discussão.

O processo foi movido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), do qual a deputada estadual Professora Bebel (PT) é presidente.

"O processo legislativo não pode ser alterado, devendo seguir as regras, já existentes na casa legislativa, que aprecia a criação de uma nova ordem jurídica, seja de qual natureza for", escreveu o desembargador na decisão.

A proposta, aprovada por 59 votos favoráveis e 32 contra, afeta 643 mil servidores estaduais na ativa e 550 aposentados e pensionistas. Entre as principais mudanças, estão o aumento da idade mínima e da contribuição dos servidores estaduais.

— A justiça entendeu nossos argumentos sobre todas as ilegalidades cometidas no mérito e na tramitação dos projetos. Claro, há possibilidade de recursos, mas os professores e as professoras são mais uma vez vitoriosos, a despeito da forma truculenta e autoritária como fomos tratados pelo Governador e pelo Presidente da ALESP quando lutamos pelos nossos direitos — declarou Professora Bebel.

Procurada, a Alesp informou que obedeceu todas as etapas do processo legislativo, previstas no regimento interno da Casa, tanto para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) quanto ao Projeto de Lei Complementar (PLC) da Previdência.

O deputado Carão Pignatari (PSDB), líder do governo na Alesp, ainda não respondeu ao GLOBO.

topo ↕

## CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

### **MEC oferece cursos para mulheres em situação de vulnerabilidade**

Os institutos federais vinculados estão com 5,4 mil vagas em cursos de formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade. As vagas são para unidades em quatro estados: Amapá, Rondônia, Maranhão e Minas Gerais.

Os cursos serão ofertados nos próprios institutos, de acordo com as necessidades educacionais e econômicas de cada região. As turmas terão início até a primeira quinzena de maio.

Crédito: Tânia Rêgo/Agência Brasil Ao todo são 5,4 mil vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade em três regiões do país

A expectativa do Ministério da Educação é expandir os cursos para outras regiões do país. As informações são da Agência Brasil.

Cursos

No Instituto Federal do Amapá (IFAP), serão ofertadas 520 vagas para mulheres ribeirinhas, negras, quilombolas e indígenas. Para 2020, a instituição vai promover cursos de microempreendedora individual, operadora de resíduos sólidos, promotora de vendas e operadora de máquinas e resíduos agrícolas.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) oferece 600 vagas para os cursos de cuidadora infantil, de idosos, padeira, esteticista facial, maquiadora e operadora de processamento de pescado.

O Instituto Federal do Sul de Minas disponibiliza 1.800 vagas para copeira, costureira, cuidadora de idosos, depiladora, garçonete, informática, entre outros.

Já o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) tem 2.490 vagas para cursos de auxiliar administrativo, operador de pescada, balconista de farmácia, entre outras opções.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

**Canal Futura oferece conteúdos para alunos que ficaram sem aula**

**O Canal Futura vai oferecer um conjunto de conteúdos educativos para ajudar quem teve sua rotina escolar alterada por causa do novo coronavírus**

O Canal Futura alterou a grade de programação para disponibilizar videoaulas do Telecurso e demais programas educativos para estudantes e educadores que precisam acessar conteúdos complementares para processos de ensino e aprendizagem. Três faixas de programação foram criadas, às 8h, às 13h e às 18h15.

O material educativo pode ser acessado na TV, gratuitamente no Futuraplay, no Youtube e nas redes sociais. O conteúdo também pode ser encontrado no site do Telecurso, onde as teleaulas estão organizadas de acordo com o nível de ensino e a disciplina, e todos podem conferir ainda as matérias especiais, como as dicas de redação, por exemplo. Mais informações em [futura.org.br](http://futura.org.br).

Veja abaixo todas as novidades:

### Na TV

Na televisão haverá três faixas de programação customizadas com conteúdo educativo a partir das aulas e metodologias do Telecurso e demais programas do Futura. A programação segue de segunda a sexta em horário escolar (às 8h, às 13h e às 18h15) até o fim de abril.

Entre os conteúdos há videoaulas de história, português, matemática, turma da robótica, ciência para todos, entre outros programas.

Em paralelo, outras iniciativas estão em curso, como uma playlist no YouTube no canal do Telecurso com indicação de conteúdo do ensino fundamental e médio que podem ser acessadas clicando no link.

### Videoaulas

As videoaulas terão um pré-lançamento na sexta-feira (20), e serão disponibilizados aos interessados 600 novas videoaulas do ensino fundamental e médio no perfil do Canal Futura no YouTube. Elas serão organizadas por áreas de conhecimento, componentes curriculares e ano letivo.

### Reportagens e redes sociais

A Futura também está disponibilizando reportagens no seu site a respeito do COVID-19 nas escolas, informando sobre as decisões que irão - ou não - afetar às redes de ensino. Entre elas estão as decisões tomadas pelo Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC).

Já nas redes sociais também são disponibilizadas as mesmas notícias para informar aos alunos e outros seguidores. Também são feitas postagens com dicas de prevenção e vídeos que podem tirar as dúvidas das pessoas. Para conferir as informações é só

procurar por Canal Futura no Facebook.

Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Saúde (MS) na última segunda-feira (16), são 234 casos confirmados de pessoas infectadas com o novo coronavírus no Brasil. Além disso, ainda há um total de 2.064 casos suspeitos no país. No DF já são 19 casos confirmados.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Aulas da rede estadual são suspensas em mais 14 municípios do Amazonas Suspensão de 15 dias vale para municípios da região metropolitana da capital, Parintins e Tabatinga.**

Assim como em Manaus, o Governo do Amazonas suspendeu, nesta terça-feira (17), as aulas na rede estadual por 15 dias nos municípios da região metropolitana da capital, Parintins e Tabatinga. A medida faz parte do novo decreto assinado por Wilson Lima com medidas de enfrentamento ao novo coronavírus.

+ Aulas, eventos e viagens: Veja medidas de prevenção adotadas no AM contra o coronavírus

Estão suspensas por as aulas nas escolas da rede estadual de: Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri, que integram a Região Metropolitana de Manaus, em razão da proximidade com a capital, onde as aulas também foram suspensas pelo mesmo prazo.

As escolas estaduais de Tabatinga, por estar em região de fronteira, e de Parintins, segunda maior cidade do Amazonas e que recebe turistas de outros países, também estão suspensas por 15 dias.

### **Suspensão das aulas na rede estadual de Manaus**

As escolas da rede pública estadual de Manaus estão com aulas suspensas por 15 dias. Em anúncio, o governador do Amazonas afirma que a medida de prevenção contra o novo coronavírus será tomada a partir desta terça-feira (17) e, até o momento, apenas na capital. As aulas da rede municipal também estão suspensas.

O anúncio da suspensão das aulas ocorreu na tarde desta segunda-feira (16), após reunião do governador Wilson Lima com representantes da saúde. Lima informou que estuda, junto à Seduc, a possibilidade de transmitir aulas por meio Centro de Mídias, via internet.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Prefeitura suspende aulas da educação infantil de Porto Alegre a partir de segunda por causa do coronavírus**

**Decreto atinge escolas estatais, comunitárias e particulares do município. Escolas da educação infantil das redes municipal e comunitária seguem oferecendo almoço aos alunos.**

As aulas da educação infantil de Porto Alegre serão suspensas a partir da segunda-feira (23) devido a pandemia do Covid-19. A prefeitura da Capital fez o anúncio da suspensão em todas as escolas estatais, comunitárias e particulares na noite desta terça-

feira (17).

O estado tem 16 casos confirmados da doença nesta segunda-feira (16). No país, são mais de 300 pacientes com diagnóstico para o novo coronavírus, segundo último levantamento.

Apesar do decreto, as escolas da educação infantil das redes municipal e comunitária seguem oferecendo almoço aos alunos.

Guia ilustrado: saiba mais sobre a doença  
Coronavírus: veja 40 perguntas e respostas  
O que é Fato ou Fake sobre o coronavírus

As atividades em escolas e institutos de ensino como cursos de idiomas, esporte, arte e culinária serão interrompidas nesta quarta-feira (18).

De acordo com a assessoria de educação, são 43 escolas da rede municipal, 207 escolas comunitárias parceiras da prefeitura e 600 escolas particulares em Porto Alegre.

Na segunda-feira (16), a prefeitura da Capital fez o anúncio da suspensão em redes pública e particular dos ensinos fundamental, médio e superior.

A previsão é de que as atividades de todos os níveis de ensino voltem no dia 13 de abril, mas a data pode sofrer alterações.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Coronavírus: escolas estaduais de SP têm menos de 5% de presença e municipais, 30% nesta terça**

**Determinação é a de que as atividades presenciais aconteçam até sexta-feira (20).  
Objetivo do calendário gradual é dar tempo para os pais se planejarem.**

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo informou nesta terça-feira (17) que houve menos de 5% de presença do total de alunos nas escolas da rede estadual, e a Secretaria Municipal, 30%. A suspensão gradual das aulas nas escolas públicas e particulares de São Paulo, diante da ameaça do novo coronavírus, começou a valer na segunda-feira (16).

A determinação é a de que as atividades presenciais aconteçam até sexta-feira (20), período em que devem ser realizadas reuniões com pais e responsáveis para orientações. A partir da próxima segunda-feira (23), as portas devem ser fechadas por tempo indeterminado, medida que vai afetar 3,5 milhões de alunos na rede estadual.

Na segunda, o Governo do Estado anunciou um novo aplicativo para que os alunos da rede possam assistir aulas a distância com internet gratuita durante o período de recesso provocado pelo coronavírus. De acordo com Rossieli Soares, secretário estadual da Educação, o governo busca um parceiro privado para arcar com os custos da internet.

O recesso do mês de abril nas escolas estaduais, que passaria a vigorar neste ano, será antecipado por causa do coronavírus e evitar a proliferação da doença.

Na rede pública municipal, a medida vai afetar 1 milhão de estudantes da capital e a



Secretaria da Educação recomenda que os pais que puderem deixar seus filhos em casa não os levem para a escola.

De acordo com a Prefeitura, os primeiros dias do recesso das férias de julho serão descontados, e a gestão Bruno Covas (PSDB) estuda como fornecer a merenda para os alunos afastados, medida que será anunciada na sexta-feira.

Governo do estado vai suspender aulas das instituições de ensino de forma gradual

Governo do estado vai suspender aulas das instituições de ensino de forma gradual

O objetivo do calendário gradual é dar tempo para os pais se planejarem e evitar que eles deixem as crianças com os avós, já que pessoas com mais de 55 anos fazem parte do grupo de risco para o novo coronavírus. As escolas públicas não vão dar falta para os alunos e os professores serão orientados a não explorar o conteúdo do currículo obrigatório.

O Ministério da Defesa divulgou nesta terça-feira que o Brasil possui 291 casos confirmados, sendo 164 no estado de São Paulo. Os casos suspeitos somam 8.819 casos.

Escolas particulares e universidades

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo afirma que as escolas particulares vão seguir a recomendação do governo estadual e também devem fechar gradualmente.

A cidade de São Paulo tem 4,5 mil escolas particulares e o estado de São Paulo tem 10 mil. Em todo o estado, cerca de 2,3 milhões de alunos estão matriculados em escolas particulares e mais de 600 mil professores trabalham nelas.

As universidades públicas e privadas do estado de São Paulo foram orientadas a suspender todas as aulas presenciais na segunda-feira (16). Ao menos dois alunos da PUC-SP, dois do Mackenzie e dois da USP testaram positivo para o coronavírus.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

**Rede pública de ensino do Pará suspende aulas em prevenção ao novo coronavírus. Governo do Estado e prefeituras da região metropolitana anunciaram, nesta terça, a suspensão até dia 31 de março.**

Devido aos alertas do novo coronavírus, a rede pública de ensino do Pará deve suspender as aulas até o dia 31 de maio. A informação foi divulgada pelo governador do Estado, Helder Barbalho, em uma rede social.

Prefeituras de Belém e Ananindeua também confirmaram suspensão nas respectivas redes municipais. Marituba ainda define se haverá suspensão de aulas.

Em vídeo, Barbalho informou que toda a rede estadual, incluindo escolas de ensino fundamental, ensino médio, técnicas e a Universidade do Estado do Pará (UEPA) devem permanecer sem aulas. A merenda escolar deve continuar nesses locais, segundo o governador.

Barbalho reforçou, ainda, que os órgãos estaduais estão preparados e prevenidos para os

procedimentos relacionados ao Covid-19. Até às 18h ainda não havia caso confirmado no estado. O governador pede, ainda, que no período de suspensão, servidores, alunos e familiares permaneçam em casa, para evitar a circulação do vírus.

Governador do Pará anuncia suspensão das aulas na rede estadual de ensino

Governador do Pará anuncia suspensão das aulas na rede estadual de ensino

Belém

A Prefeitura de Belém informou, durante coletiva nesta terça (17), que deve decretar a suspensão por 15 dias das aulas na rede municipal. A medida, segundo a prefeitura, visa prevenir estudantes do novo coronavírus.

"Nós estamos decretando uma situação de emergência preventiva considerando que nós temos casos instalados em grande parte do mundo. Hoje, no Brasil, temos transmissão comunitária no Rio de Janeiro e São Paulo, e a tendência é que se multiplique rapidamente pelo Brasil", afirmou Zenaldo Coutinho, prefeito.

A prefeitura anunciou, ainda, que a Secretaria Municipal de Educação vai preparar kits da merenda escolas dos 15 dias, com arroz, feijão, para entregar às famílias levarem para casa, para que não haja desperdício de alimentos nesses dias.

Prefeito de Belém deve assinar decreto com medidas emergenciais de proteção ao coronavírus

Prefeito de Belém deve assinar decreto com medidas emergenciais de proteção ao coronavírus

Outros municípios da região metropolitana

Em nota, a prefeitura de Ananindeua informou que a suspensão inicia na quarta (18), até 2 de abril, em todas as 83 unidades. "A secretaria solicita que a comunidade escolar se recolha nas suas residências, evitando lugares públicos", informou.

Em Marituba, a prefeitura ainda define como deve ficar a rede pública municipal de ensino.

[topo](#)

**PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

**MEC estuda instalar escola militar em terra indígena em Roraima**

**Secretário pediu para primo de Carlos Bolsonaro acompanhar visita**

O Ministério da Educação tem estudado a implementação de uma escola cívico-militar na comunidade indígena Moscow, em Roraima.

O pedido inicial para construção partiu do senador Chico Rodrigues, do DEM de Roraima, e foi feito em agosto do ano passado. O parlamentar justifica que a construção proporcionaria uma "educação de melhor qualidade" para 500 crianças e adolescentes.

Por meio de pareceres, a Coordenação-Geral de Educação Indígena, Quilombola e do Campo do MEC afirmou que seria necessária a realização de uma consulta à comunidade, a fim de saber se tem interesse ou não.

"A Convenção 169 da OIT garantiu aos povos indígenas o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa fé sobre quaisquer medidas administrativas que tenham a potencialidade de os afetar diretamente", disse a coordenação, em setembro do ano passado.

Em um dos despachos, o secretário de Fomento às Escolas Cívico-Militares, Aroldo Ribeiro Cursino, pediu para Leonardo Rodrigues de Jesus, conhecido como "Léo Índio", acompanhar uma visita técnica à região. Léo Índio é primo de Carlos Bolsonaro e lotado no gabinete de Chico Rodrigues.

Pouco depois, em fevereiro, Cursino reforçou a necessidade de consulta, mas frisou que a União seria responsável pelo programa e pela construção da escola. Segundo o subsecretário, caberia ao município solicitar a construção.

No início de março, a demanda foi encaminhada ao FNDE, que agora também fará um parecer.

Os documentos foram obtidos pela agência Fiquem Sabendo.

Defensor das escolas cívico-militares, Jair Bolsonaro tem em seu governo um programa com o objetivo de implantar 216 escolas do tipo até 2023.

topo ↕

## **YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

**MEC adianta verba de apoio pedagógico para compra de produtos de higiene**  
BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O MEC (Ministério da Educação) vai adiantar repasses federais às escolas para auxiliar instituições na compra de artigos de higiene, como álcool em gel, como medida contra o avanço do coronavírus. Não se trata de recursos novos, mas, sim, do adiamento de recursos direcionados usualmente às unidades para apoio pedagógico e pequenas obras.

O governo Jair Bolsonaro criou nesta segunda-feira (16) um sistema de monitoramento do coronavírus nas redes públicas de ensino. Promete, ainda, publicar portaria do MEC para autorizar a substituição de aulas presenciais pela modalidade a distância na educação básica.

O prazo da autorização será de 30 dias, prorrogáveis. A adesão da medida, que a pasta reforça que tem caráter excepcional, valerá enquanto durar a situação de emergência por causa da disseminação da doença --hoje, a legislação permite apenas ao ensino médio a oferta de parte das aulas de forma não-presencial.

Com relação ao dinheiro, o MEC informa que serão liberados nos próximos dias R\$ 450 milhões referentes às duas parcelas do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Essas parcelas são depositadas usualmente em abril e setembro, mas serão adiantadas.

Secretários de Educação se queixam da medida, segundo relatos obtidos pela reportagem, porque os repasses não representam dinheiro novo. Com a necessidade de compra de materiais de higiene, como álcool em gel e sabonete, fica reduzida a possibilidade de usar os recursos em materiais pedagógicos.

Apesar de antecipar os repasses, o dinheiro só vai chegar inicialmente a 64 mil escolas.

São unidades que não possuem pendências de prestação de contas.

O Brasil tem cerca de 140 mil escolas públicas de educação básica. Na nota, o MEC informa que "quando as demais unidades atualizarem os cadastros, também ficarão aptas a obter recursos". O valor poderia chegar a R\$ 900 milhões, segundo a pasta.

O MEC realizou nesta segunda-feira (16) a primeira reunião do Comitê Operativo de Emergência, criado com a participação de vários órgãos, como representantes de secretarias de Educação. O sistema online de acompanhamento reunirá informações sobre número de pessoas infectadas e as instituições com aulas suspensas.

"O objetivo é monitorar em tempo real as redes federal, estaduais e municipais para saber onde e como o governo -- em conjunto com os outros entes federativos, entidades representativas e as próprias instituições -- deve agir", diz nota da pasta.

O Brasil já registra 234 casos confirmados até esta segunda-feira (16), segundo o Ministério da Saúde. A previsão é de que os registros aumentem nas próximas semanas, atingindo um pico no país --No mundo, 6.513 pessoas já morreram até agora.

O MEC não havia recomendado interrupção de aulas. Em vídeo publicado nas redes sociais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia sugerido que as redes se preparassem para atividades a distância.

Nove redes estaduais de ensino já suspenderam ou paralisaram as aulas como medida de combater o avanço do coronavírus no país, segundo informações atualizadas até esta segunda.

O Distrito Federal foi o primeiro a suspender aulas, conforme anúncio de quarta-feira (11), e antecipou o recesso escolar.

O governo de São Paulo, estado que concentra o maior número de casos e tem a maior rede pública do país, iniciou nesta segunda-feira uma suspensão gradativa das aulas.

Os estados de Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins já decidiram por suspensão de aulas, conforme balanço do Consed (órgão que reúne os secretários estaduais de Educação).

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Pandemia nos ensina que sem ciência não há futuro**

**Jornal da USP publica artigo assinado por Ergon Cugler, pesquisador da EACH/USP, associado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e ao Grupo de Estudos em Tecnologia e Inovações na Gestão Pública (GETIP)**

O avanço da Sars-Cov-2 e do covid-19 tem modificado rotinas drasticamente ao redor do mundo. Após o alastramento na China, Irã e Itália sofrem com letalidade acima do observado em território chinês. Mais recentemente, potências como EUA têm seu sistema de saúde sobrecarregado e países como o Brasil passam a seguir orientações sanitárias e apostam em medidas para retardação da crise, tendo o SUS como determinante.

Dentre as lições da Itália no combate ao coronavírus, cabe destaque ao gráfico

elaborado por D. Harris e adaptado por C. Bergstrom sobre a retardação do pico da epidemia. Segundo pesquisadores, medidas de controle como lavar as mãos, trabalho remoto, evitar sair de casa, restrições a aglomerações e viagens podem proporcionar não apenas o achatamento da curva de contágio, mas retardar seu pico – evitando sobrecarregar o sistema de saúde e viabilizando tempo para adequação de normas e procedimentos em relação à pandemia –, caso contrário, não há leitos, máscaras, respiradores, equipe ou estrutura para atender a população contaminada.

Nesse cenário, enquanto os altos custos limitam os cidadãos estadunidenses de realizarem os testes do covid-19 – desestimulando o atendimento primário –, o SUS tem disponibilizado testes gratuitos em larga escala através de parceria com a Fiocruz. A própria adoção de protocolo unificado de atendimento e proteção à população demanda articulação que só existe decorrente de anos de enraizamento da Estratégia Saúde da Família e de atenção básica que o sistema universalizado propicia.

Para além do SUS, tal operação de retardação do contágio é somente possível através da cooperação da comunidade científica internacional. A questão é também econômica, pois ao não distribuir o contágio através do achatamento da curva, pessoas doentes ou em quarentena não poderão desempenhar suas funções, interrompendo cadeias de produção. Do distanciamento social até a mudança de rotina, foram necessários exemplos práticos do alastramento do covid-19 e da sobrecarga do sistema de saúde com mortes na Itália e Irã para que os governos de diversos países se mobilizassem aos alertas de cientistas.

## Vácuo

No campo da ciência política, autores como P. Bachrach e M. Baratz (1963) apontam a não decisão como uma forma de decisão. Diversos são os exemplos no caso brasileiro, do contingenciamento de recursos para universidades e bolsas de pesquisa – incluindo no campo de saúde, da **Capes** e **CNPq** – à relativização do governo diante do exponencial desmatamento da Amazônia, como aponta a pesquisadora Gabriela Lotta.

Como sempre, o obscurantismo não ataca apenas retoricamente as universidades e a produção científica, mas influi diretamente no corte de verbas e no esvaziamento dos institutos de pesquisa. Da mesma forma, minimiza os impactos climáticos e desdenha dos alertas da comunidade científica, tratando as evidências como opiniões a serem rebatidas sem dados ou referências.

No entanto, com o covid-19, a imobilidade consciente causada por teorias conspiratórias no núcleo de governos foi varrida pelo avanço explícito do vírus, fazendo da comunidade científica linha de frente do real combate à pandemia – exemplo do sequenciamento genético do vírus pelas pesquisadoras da USP Ester Cerdeira e Jaqueline Goes, em apenas 48 horas, e da vacina em desenvolvimento por cientistas do Incor, da Faculdade de Medicina da USP. É da inércia de governos em meio ao caos que a comunidade científica pode – e deve – explorar contradições e se apresentar à população ao expor as consequências para seu futuro.

Tal prontidão de cientistas nos mais diversos países tem constituído uma rede sólida de informações, colocando a ciência na vanguarda das decisões governamentais. Com a coalizão sendo pautada pela ciência, inaugura-se a oportunidade de combater o

obscurantismo institucionalmente, utilizando da transparência e atualização constante das medidas adotadas como instrumentos de supressão das fake news, por exemplo.

## Responsabilidade

O texto publicado pela jornalista italiana Mariella Bussolati no Business Insider, “Pandemia em tempos de Antropoceno”, nos recorda que “a emergência do coronavírus nos dá a oportunidade de nos prepararmos para enfrentar a emergência climática e ambiental” que se acirrará nas próximas décadas. Ainda, diante do imediatismo do governo dos EUA em cobrar vacina da comunidade científica após diversos cortes na saúde, em nota publicada pela centenária revista Science, o pesquisador e editor H. H. Thorp respondeu: “Ciência não se faz da noite para o dia, precisa de investimento e, sobretudo para uma vacina, precisa-se de tempo e investimento”.

Durante a pandemia, aprendemos arduamente a necessidade de financiamento progressivo e constante para que a comunidade científica esteja a postos para eventuais crises. Aliás, ciência se faz a longo prazo, não para atender apenas ao imediatismo. Mais do que isso, a universalidade e gratuidade do atendimento do SUS, com sua excelência e eficácia no monitoramento e contenção do coronavírus, e a valorização da ciência e da universidade – junto aos institutos de pesquisa –, com sua incorporação aos processos de tomada de decisão governamental, se mostram cada vez mais fundamentais à vida.

É necessário utilizar do protagonismo em meio à pauta para que além de conduzir cooperativamente com os governos a gestão da atual crise, se consolide espaço para a ciência ter voz e influência, pois a comunidade científica está provando que, quando um alerta é realmente ouvido, torna-se possível reagir rápido o suficiente para sua contenção.

Por fim, com a experiência do covid-19 e antes que a emergência climática e ambiental se torne irreversível, por exemplo, é necessário também que estejamos atentos, pois todo filme de desastre começa com cientistas sendo ignorados.

Jornal da USP

[topo](#)

## **O DIÁRIO - TEMPO REAL**

### **Inscrições para o Prêmio Jabuti 2020 estão abertas**

Realizado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Prêmio Jabuti confere aos vencedores o reconhecimento da comunidade intelectual brasileira e do mercado editorial. Neste ano, serão 20 categorias e um vencedor do Livro do Ano. A partir de hoje, 17 de março, editores e autores brasileiros poderão inscrever suas obras no mais tradicional e prestigiado prêmio do livro brasileiro, o Jabuti.

Depois de homenagear a Conceição Evaristo na última edição, em 2020, o prêmio Jabuti homenageia a escritora Adélia Prado. Adélia Prado foi escolhida pela Câmara Brasileira do Livro como a personalidade literária da 62ª edição do Prêmio Jabuti. Em 1978, seu livro de poemas, “O Coração Disparado”, recebeu o Prêmio Jabuti, e logo depois alçou voos para outros países. Desde então Adélia recebeu muitas outras condecorações nacionais e internacionais, entre elas, o maior Prêmio Canadense de poesia, o Griffin. Como reconhecimento de seu talento, sua obra é estudada em

universidades de todos os continentes.

Nesta edição, os quatro eixos permanecem organizados em: Literatura, Ensaios, Livro e Inovação. Algumas atualizações foram realizadas para que o prêmio seja cada vez mais abrangente e alinhado ao espírito do nosso tempo:

A categoria Humanidades foi dividida em Ciências Humanas e Ciências Sociais. Essa reorganização foi realizada porque a categoria Humanidades reunia um grupo grande de temas distintos e também porque foi, nos últimos dois anos, a categoria em que houve o maior grupo de livros inscritos, o que tornava o trabalho do avaliador mais complexo que o das demais categorias.

“Adotamos a classificação básica das ciências seguida tanto pela **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** quanto pelo CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Divididas as Humanidades em Ciências Sociais e Ciências Humanas, editores e autores terão mais clareza de onde inscrever suas obras e os jurados poderão fazer uma avaliação mais adequada dentro das duas novas vertentes de classificação”, explica o curador do prêmio, Pedro Almeida.

A categoria Romance de Entretenimento foi criada para premiar os autores nacionais de ficção que, normalmente, não são contemplados pelos prêmios de literatura.

“A nova categoria renova o prêmio e o atualiza com o que acontece e se produz na indústria editorial, diante dos olhos de um público leitor e, mais do que nunca, inova. É o Prêmio Jabuti atravessando as fronteiras da academia para chegar ainda próximo dos leitores. Buscamos com essa inclusão reconhecer os autores nacionais de ficção para que eles se tornem tão populares quanto Tolkien (fantasia), Shelley e Bram Stoker (terror), Julio Verne (aventura), Charlotte Brontë e José Mauro Vasconcelos (romances sentimentais) e Agatha Christie (Mistério)”, destaca Almeida.

A tradicional Categoria Romance ganha novo nome a partir dessa edição, Romance Literário. A Categoria Impressão é retirada do prêmio por considerarmos que há um prêmio muito importante da Indústria gráfica. A CBL vai apoiar diretamente o Prêmio Fernando Pini, realizado pela Abigraf.

Os primeiros colocados em cada categoria, como ocorre desde 2018, serão revelados somente no dia da cerimônia de premiação. Apenas a auditoria Ecovis Pemon terá acesso aos resultados.

O vencedor do Livro do Ano do Prêmio Jabuti 2020 será escolhido entre as obras vencedoras dos eixos Literatura e Ensaios.

O formato de envio para obras concorrentes nas categorias dos eixos Literatura e Ensaios permanece em arquivo PDF. Apenas para o eixo Livro, será necessário o envio de exemplares físicos, conforme instruções descritas no Regulamento.

Os finalistas de cada categoria serão anunciados pela CBL em duas fases. Na primeira, serão divulgados pela CBL os dez finalistas para cada uma das 20 categorias. Mais próximo da premiação, a CBL fará o anúncio dos cinco finalistas.

Outra novidade deste ano é a antecipação da cerimônia, que antes era feita em novembro. Neste ano, ela ocorrerá em setembro, em local e data que serão anunciados brevemente pela CBL.

Como concorrer? Poderão concorrer ao Prêmio Jabuti obras inéditas com ISBN e Ficha Catalográfica, impressas ou digitais, publicadas em língua portuguesa no Brasil, em primeira edição, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019. As inscrições vão de 17 de março a 30 de abril de 2020 e podem ser feitas por meio do site [www.premiojabuti.org.br](http://www.premiojabuti.org.br), onde está disposto o regulamento completo da premiação.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

**Coronavírus : instituições de todos os estados estão sem aulas**

**A interrupção das atividades é um esforço coletivo das entidades para tentar barrar a proliferação do vírus**

As instituições de educação superior, públicas e privadas, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal já anunciaram a suspensão das aulas presenciais. A interrupção das atividades é um esforço coletivo das entidades para tentar barrar a proliferação do coronavírus no Brasil.

O levantamento foi feito pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

Com intuito de mitigar os efeitos da paralisação no calendário letivo, muitas instituições estão migrando as atividades do presencial para a modalidade virtual, conforme orientou o Conselho Nacional de Educação (CNE).

De acordo com o colegiado, até que haja orientação oficial do governo federal, recursos tecnológicos devem ser usados para que não haja descontinuidade das atividades letivas.

Para as instituições de educação superior que já atuam com educação a distância (EAD), a ABMES indica que seja reforçada a capacidade de seus servidores e links para absorverem provisoriamente as atividades presenciais da instituição.

Já aquelas que ainda não atuam com a modalidade, é sugerido que preparem preventivamente seu ambiente tecnológico, com suporte pedagógico digital.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Ensino a distância pode ser alternativa para repor aulas**

**MEC deve publicar portaria com a medida de emergência. Adesão de escolas será voluntária. Assunto é polêmico**

Escolas de todo o país suspenderam as aulas como medida de combate a transmissão da doença Covid-19. A pandemia de coronavírus fez com que o MEC (Ministério da Educação) criasse o COE (Comitê Operativa de Emergência) e deve publicar nesta semana uma portaria liberando a substituição das aulas presenciais pela educação a distância por 30 dias. A medida é de caráter voluntário.

Atualmente, a legislação não permite aulas a distância na educação infantil e no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano). A modalidade é permitida para até 30% da carga horária do ensino médio em cursos noturnos e 20% nos diurnos. Também é liberada em 40% da carga horária de cursos presenciais de ensino superior.



Segundo informações divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, a medida atende a uma demanda as insituições particulares de ensino que vinham cobrando o MEC por um dispositivo que as deixasse mais seguras de poder descontar os dias com atividade a distância dos 200 dias letivos exigidos por lei.

"O ensino médio sempre teve um viés de educação a distância, basta ver os cursos apresentados em rede de televisão", observa Thiago Chaer, CEO da Future Education. "Os estudantes dessa faixa etária estão mais preparados para lidar com educação a distância, eles têm como foco o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), vestibulares e aula de reforço, estão mais acostumados com as plataformas."

Quando a atenção se volta para o ensino fundamental a situação muda de figura, na visão de Chaer, "a disciplina não é a mesma, professores e pais precisam acompanhar o processo."

Na visão de Chaer, a curto prazo, será difícil as escolas proporcionarem um ensino de qualidade. "Além da plataforma, é preciso que as escolas invistam na formação dos professores e adaptar as atividades, fora a dificuldade de acesso à internet e computadores em comunidades mais pobres". A infraestrutura ainda é um desafio.

## Escolas

Neste período de suspensão de aulas, escolas da rede privada apostam nas plataformas online para garantir que estudantes não percam o ritmo de aula, mas não apostam neste momento na substituição das aulas presenciais pelo ensino a distância.

"Por enquanto, a experiência ainda é bastante incipiente, mas a equipe pedagógica vislumbra possibilidades de utilização do Ensino a Distância, como recurso que não substitui, mas pode complementar o trabalho presencial, inclusive em atividades eletivas e complementares," destaca a diretora pedagógica do Colégio Albert Sabin, Giselle Magnossão.

O colégio tem apostado nas redes para manter o vínculo das crianças pequenas com a escola e oferece atividades para que os alunos do ensino fundamental fiquem em contato com o conteúdo. Para isso, conta com o apoio da família, que auxiliam e acompanham o processo. "Do fundamental 2 ao médio a rotina é semelhante ao ritmo do colégio, com lives, vídeo aula e atividades", explica.

Giselle destaca que as plataformas não substituirão as aulas presenciais e o calendário deverá ser revisto para que se cumpram os 200 dias letivos exigidos por lei.

Essa é a mesma linha é adotada pelo Centro Educacional Pioneiro. Os alunos seguem um cronograma diário de atividades pelas plataformas. "As atividades são programadas para manter o ritmo de estudo dos alunos, mas não substituem o ensino presencial", destaca o coordenador pedagógico do ensino fundamental e médio da escola, Álvaro Vieira Neto.

Sobre a reposição de aulas, Álvaro é cauteloso: "Não podemos falar sobre mudanças no calendário, mas existe a possibilidade de antecipar as férias, mas vamos aguardar as orientações do MEC."

Colégios de elite como o Bandeirantes e o Porto Seguro também investem na continuidade das atividades pedagógicas online, sem, no entanto, alterar, até o momento, o calendário de aulas.

## **BRASIL DE FATO - TEMPO REAL**

### **"Educar para quê?": professoras discutem os desafios para a educação pública Série produzida pelo Brasil de Fato Bahia discute temas fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa**

Neste mês de março, o Brasil de Fato Bahia estreia o encarte especial "Diálogos" que tem como objetivo convidar você, leitor, a refletir conosco sobre alguns temas fundamentais para a construção da sociedade na qual gostaríamos de viver. Não temos a pretensão de oferecer saídas ou respostas prontas, mas vamos colocar algumas perguntas que acreditamos serem pertinentes. Estreamos com o tema da Educação Pública, que não é somente um direito essencial, mas base de transformação, desenvolvimento e consolidação de uma sociedade mais justa e democrática. Nas próximas edições discutiremos o direito à Terra, à Água, ao Alimento, à Saúde, ao Emprego e outros mais.

No final do ano passado, uma pesquisa Datafolha revelou que cerca de 70% da população brasileira defendia a total gratuidade do sistema educacional, da creche à universidade. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito social e é dever do Estado proporcionar os meios para o seu acesso. Esse dever está regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que afirma que o Estado brasileiro é responsável pela educação básica, que inclui a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. Todos esses dados parecem indicar que existe um consenso sobre a importância da educação e a quem cabe provê-la, mas não é assim que tem acontecido na prática.

Apesar de, em 2014, a então presidenta Dilma Rousseff ter sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE) – fruto de amplo debate e mobilização da sociedade civil e das entidades ligadas ao setor – que objetiva ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação no país, existe uma imensa dificuldade em garantir o seu cumprimento. O PNE estabelece 20 metas educacionais a serem cumpridas ao longo de 10 anos, porém, um estudo realizado em 2019 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação revelou que 16 delas estavam estagnadas e apenas quatro foram parcialmente cumpridas. Metas, por exemplo, sobre taxas de alfabetização, universalização do acesso à pré-escola e formação de professores não atingiram os índices desejados.

Agravando esse cenário, a diminuição progressiva do investimento público imposta com a aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos, de 2016, a atual política de asfixia financeira, tanto na educação básica quanto na superior, e o clima de intimidação com os profissionais da educação, acusados de “doutrinadores”.

Foi a partir dessas inquietações, que o Brasil de Fato conversou com as professoras Uilma Amazonas, Marta Lícia de Jesus e Zuza Jaegermann buscando traçar um panorama sobre quais os desafios, contradições e propostas que elas enxergam para a educação brasileira e baiana, a partir de suas diversas vivências.

Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Uilma atuou no Programa de Formação de Professores da Educação Básica

(Parfor); Marta Lícia, também do quadro da Faculdade de Educação da UFBA, trabalha com formação de professores e políticas educacionais, além de ser dirigente do Sindicato de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub); professora de sociologia, Zuza é educadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membro da coordenação coletiva da Escola Técnica em Agroecologia Luana Carvalho, uma iniciativa do movimento cujo projeto pedagógico e manutenção são uma experiência de organização coletiva.

As educadoras opinaram sobre o papel da educação na formação humana e social, as disputas em torno dos conteúdos e do que pode ou não ser ensinado na escola, a desvalorização da carreira docente e as dificuldades de financiamento, hoje, focadas no debate em torno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em discussão na Câmara Federal.

Quem ensina?

A Meta número 15 do PNE visa garantir que até 2024 “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

De acordo com o Observatório do PNE, em 2018, esse índice era de 79,9% no Brasil e 67,2% na Bahia, ou seja, ainda persistem professores sem formação específica atuando nas salas de aula. A melhoria desse índice passava pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), um programa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, uma fundação ligada ao Ministério da Educação. O Programa articula as Universidades Públicas e as secretarias de educação dos estados para atender às necessidades de formação de professores. No site da **CAPES**, o último edital do Parfor é de 2018.

“A gente considerava que [o Parfor] conseguia dar um salto qualitativo na ideia de formação de professores, articulado nacionalmente com as metas e, principalmente, fechando a relação dos professores que atuam na escola pública serem formados em universidades públicas”, explica Marta Lícia. “E depois diz que quer valorizar a educação básica”, ironiza Uílma. E continua: “Acabar com essa política de formação de professor vai reduzindo mesmo o alcance dessa qualidade na educação básica. Porque, por exemplo, a Bahia ainda tem professores sem formação atuando em sala de aula, então por que desativou o programa? Que avaliação fez? Teve uma época que a gente garantia que na cidade de Salvador não tinha um professor em sala de aula que não tivesse formação superior. Acabou, hoje a gente perdeu isso”, lamenta. E Marta completa: “Você deixa de pensar na melhoria salarial dos professores, de uma forma geral para pensar bônus a partir de critérios estabelecidos por planejadores que não conhecem a diversidade e chão da escola”.

Marta Lícia, também do quadro da Faced/UFBA, trabalha com formação de professores e políticas educacionais. / Carolina Guimarães

Quem financia?

Atualmente, a principal política de financiamento para Educação Básica, que foi

resultado dos movimentos sociais ligados à educação, é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, distrito federal, municípios e com complementação da União. Antes Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o Fundeb entrou em vigor em 2007 e avançou no sentido da ampliação do direito à educação, a partir da compreensão de que o poder público era responsável por mais de uma etapa do sistema educacional. “[Antes] era responsabilidade do Estado apenas o ensino fundamental de 8 anos. O estado brasileiro não queria saber nem de alfabetização, nem de educação infantil, nem de Ensino Médio”, reflete Uilma.

Professora Uilma é docente da Faculdade de Educação da UFBA e atuou no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). / Anaíra Lobo

Com a Proposta de Emenda à Constituição 15, de 2015, atualmente em tramitação, se objetiva tornar o fundo em uma política de Estado, pois o atual tem validade até dezembro deste ano, e aumentar e o valor oriundo da União, que hoje é de 10% do valor correspondente à contribuição total dos estados e municípios. Apesar da importância da PEC para garantir o financiamento da educação, há críticas sobre o texto que recua em diversos aspectos na concepção desta política.

O relatório da comissão que analisa a PEC teve forte influência do lobby de empresários da educação privada e apresenta pontos problemáticos como a inclusão do salário educação – que é uma fonte extra de recursos para o sistema educacional – ao valor total do fundo, a fragilização do custo-aluno-qualidade (um dispositivo que calcula o investimento necessário por aluno), que seria regulamento através de lei complementar e vinculação da transferência de recursos a resultados aferidos a partir de um sistema de avaliação geral, implantando uma “meritocracia” que desconsidera as desigualdades regionais. “Todo mundo precisa melhorar, a educação é um projeto de nação, a escola pública precisa melhorar, mas a polêmica é que eles querem introduzir uma competição na educação pública, mas o sistema não considera a diversidade”, diz Marta.

Outra meta fundamental para a garantia do financiamento, a número 20 do PNE, que estabelece a ampliação do investimento público em educação de forma a atingir o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2024, está praticamente inviabilizada com o teto dos gastos. Anterior a isso, em 2013 foi aprovado também a destinação para a área de 75% dos royalties do petróleo e 50% do chamado Fundo Social do Pré-Sal, outra lei também ameaçada pelos leilões das bacias do minério e com o acelerado desmonte da Petrobras.

Políticas que tratavam de modalidades ou grupos sociais mais específicos estão, quando não extremamente ameaçados, sendo extinguidos. É o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que através do decreto nº 20.252 de 20 de fevereiro de 2020 extingue a Coordenação responsável pela Educação do Campo da estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Essa relação com o poder público é construída a base de pressões, negociações e luta constante para conseguir garantir realmente o direito à educação pública. O descaso do poder público praticamente determina o fechamento das escolas do campo, todo início

de ano começamos sem equipe, sem serviços gerais, sem merenda, sem livro, sem material didático. A gente demora meses para conseguir o básico que garante o direito, se não fosse a comunidade que cola junto para poder ajudar a limpar a escola, para fazer a merenda, para trazer alimento, se não fosse a equipe de educadoras militantes que doam força do trabalho todo ano e ao longo do ano, realmente isso não seria possível”, afirma Zuza.

Após 5 anos de mobilização, a Escola atua na Educação Básica e conta com uma parceria da Universidade Estadual da Bahia na promoção do ensino pré-universitário. / Arquivo Escola

Quem decide o que ensinar?

Ainda que as escolas tivessem o financiamento adequado, o debate em torno da educação não deixaria de passar pelo que muita gente chama hoje de “pauta ideológica”. A discussão em torno do “conteúdo” a ser ensinado nas escolas não é nova – foram anos necessários para a aprovação, em 2018, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que norteia a formulação dos currículos escolares por todo o país, estabelecendo as competências e habilidades mínimas que os estudantes devem desenvolver.

Apesar de um avanço, a BNCC não escapou das disputas sobre o que a escola “pode” ou “não pode” falar, como questões de gênero e diversidade – no final de 2017, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação denunciou à Organização das Nações Unidas (ONU) os efeitos do projeto “Escola Sem Partido” e a retirada, imposta pelo governo Michel Temer (MDB), dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” do texto da BNCC.

A Reforma do Ensino Médio, priorizando a carga horária de português e matemática, foi outra demonstração de uma visão conservadora para a educação. Hoje, o governo Bolsonaro aprofunda essa disputa com a narrativa da “doutrinação de esquerda” em sala de aula e uma suposta necessidade de proteção das crianças e jovens de uma educação “ideológica” – como se alguma neutralidade fosse possível nesse caso.

“Essa discussão vai resvalar na mudança da política da definição dos livros didáticos e incidir diretamente no conteúdo da formação de professores. Isso tem a ver com conteúdos não só de Direitos Humanos, mas conteúdos identitários que vão, na verdade, conformar o nosso tipo de memória em relação a quem somos e quem desejamos ser, com projeto de nação”, aponta Marta referindo-se ainda ao momento de revisionismo em relação a temas da história nacional, como escravidão e ditadura militar, por exemplo. Importante ressaltar que essa discussão “ideológica” não está dissociada da econômica – o mercado da produção de livros didáticos movimenta, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cerca de R\$ 2 bilhões ao ano.

Zuza é professora de sociologia e educadora do Movimento Sem Terra (MST). / Arquivo Escola

E quais as alternativas?

A professora Zuza reflete a partir da experiência da Escola Luana Carvalho, que funciona desde 2015 após a ocupação do prédio destinado à escola por famílias camponesas que colocaram em prática a rotina escolar junto com os educadores e educadoras do MST.

“A gente percebe que quanto mais conseguimos envolver os educadores nesse Projeto Político e Pedagógico (PPP) da escola do campo, mais a gente fortalece o coletivo e tem a mínima autonomia. A partir disso, a gente consegue construir experiências e elas precisam se traduzir em documentos formais, como o PPP, que possa servir como arma mesmo, como ferramenta de combate e negociação com o poder público”, diz.

Para a professora do MST, há ainda brechas para trabalhar um conteúdo contextualizado ainda que tenha que dialogar com a base. “Temos algumas experiências, como no extremo sul da Bahia onde a questão da agroecologia conseguiu ser inserida”. Após 5 anos de mobilização, a Escola atua em toda a educação básica e conta com uma parceria da Universidade Estadual da Bahia na promoção do ensino pré-universitário. “A gente tem vários desafios nessa transição de uma escola tradicional para uma escola emancipatória, democrática, libertadora, que forme a pessoa de maneira plena”, afirma Zuza.

Para Marta, é preciso desconstruir a ideia de que a ampliação da participação e convivência com a diversidade prejudicaria a disciplina, a ordem necessária ao ambiente escolar. “Tem que ter disciplina para participar, tem disciplina para ter uma escola democrática. Olha, se alfabetiza sim, passa na universidade sim, entende? Sem com isso perder o seu processo de humanização, sem com isso perder sua capacidade de criticar a sociedade que está aí, sem com isso perder a capacidade de saber a que classe você pertence e que tipo de luta você vai ter que empreender”.

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL** **MEC libera ensino a distância por 30 dias**

São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que vai publicar portaria autorizando as escolas a substituir aulas presenciais da educação básica pela modalidade a distância por 30 dias. A medida ainda pode ser prorrogada. A alteração foi elaborada pelo Comitê Operativo de Emergência do ministério, criado para pensar alternativas de contenção ao avanço do coronavírus em instituições de ensino. Ao menos 17 Estados já tiveram as aulas suspensas.

Atualmente, a legislação não permite aulas a distância na educação infantil e no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano). A modalidade é permitida para até 30% da carga horária do ensino médio em cursos noturnos e 20% nos diurnos. Também é liberada em 40% da carga horária de cursos presenciais de ensino superior.

Segundo nota do ministério, a liberação da modalidade para todas as etapas da educação básica tem caráter excepcional e valerá apenas enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. A adesão das escolas será voluntária.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a medida atende mais a uma demanda das

escolas e faculdades privadas do que serve como solução para a rede pública de ensino. Diretores da rede particulares vinham cobrando o MEC por um dispositivo que as deixasse mais seguras de poder descontar os dias com atividade a distância dos 200 dias letivos exigidos por lei. Na sexta-feira, o Conselho Nacional de Educação (CNE) já havia emitido ofício, informando entender que juridicamente a reposição dos dias perdidos pode ser feita no próximo ano, mas que os 200 dias e as 800 horas anuais precisam ser cumpridas - o entendimento seria o mesmo usado em 2009, quando aulas foram suspensas na epidemia de H1N1.

Para Luiz Miguel Garcia, presidente da Undime (entidade que reúne os secretários municipais de educação), a liberação do ensino a distância para a educação básica não garante a qualidade e nem que todos os estudantes serão atendidos. "Não conhecemos metodologia, ainda mais em caráter emergencial, que garanta um ensino de qualidade para crianças nessa faixa etária que permita a substituição. Estamos falando de uma fase em que os alunos estão sendo alfabetizados."

Além da qualidade, ele também destaca que a maioria das escolas da rede pública não tem recursos para oferecer ensino a distância e, ainda que tivessem, nenhuma teria como garantir que todos os alunos podem assistir às aulas nessa modalidade de casa. "Como garantir que toda criança tem um celular, um computador com internet para fazer as atividades? Vamos deixar muitos alunos de fora porque a realidade do Brasil está muito distante de permitir isso. O princípio básico da equidade não será garantido", disse.

## Álcool gel

O ministério também informou que vai antecipar a liberação de R\$ 450 milhões do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para que os colégios da rede pública tenham recursos para comprar álcool em gel e outros produtos de higiene. O recurso estava previsto para ser liberado em abril e setembro, mas as parcelas foram adiantadas diante do avanço do novo coronavírus. Secretários de Educação de Estados e municípios destacam que não se trata de um recurso extra e que pode reduzir a compra de materiais pedagógicos.

## Faculdades

Levantamento da Abmes (associação que reúne donos de faculdades de particulares) encontrou ao menos 17 Estados que estão com aulas paralisadas na educação básica ou superior. A instituição recomendou a suspensão das atividades e pede para que estratégias, como a modalidade a distância, sejam consideradas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Secretário de Educação de Alagoas recomenda ao governador suspensão das aulas da rede pública**

**Anúncio foi feito no Instagram do também vice-governador Luciano Barbosa após a pandemia do coronavírus, mas decisão ainda cabe ao governador Renan Filho.**

O vice-governador e secretário da Educação de Alagoas (Seduc) Luciano Barbosa recomendou ao governador Renan Filho (MDB) que as aulas na rede pública de ensino sejam suspensas após a pandemia do coronavírus. A informação foi divulgada no Instagram de Barbosa nesta terça-feira (17).

Segundo boletim mais recente do Ministério da Saúde, divulgado nesta tarde, o estado tem 16 casos suspeitos e apenas 1 confirmado de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Outros 22 casos suspeitos já foram descartados.

Segundo a nota, ele diz que a decisão é para dar uniformidade nas decisões da educação diante do anúncio da suspensão por 15 dias das aulas nas escolas particulares.

"A melhor decisão é suspender as aulas das escolas públicas também. Ainda q (sic) a recomendação da vigilância sanitária seja a de q (sic) ainda poderíamos continuar com as aulas, essa é a melhor maneira de trazer tranquilidade emocional para as famílias dos nossos alunos e ter uma posição única na educação básica do Estado de Alagoas", diz a nota.

Ele diz ainda que nesse momento o excesso de zelo não é prejudicial e que irá levar a recomendação ao governador Renan Filho. "Logo após o anúncio do governador faremos uma portaria para dar apoio extraclasse a nossos alunos", diz.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**UFS anuncia suspensão das atividades acadêmicas presenciais por quinze dias Segundo a instituição, a determinação não se aplica aos estágios hospitalares dos cursos da saúde.**

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) informou no fim da noite dessa segunda-feira (16) a suspensão das atividades acadêmicas e do Colégio de Aplicação (Codap) até o dia 31 de março. A medida foi motivada pelas determinações dos órgãos governamentais de Sergipe por causa do coronavírus.

Segundo a UFS, a determinação não se aplica aos estágios hospitalares dos cursos da saúde, incluindo internato, residência médica, multiprofissional e uniprofissional em saúde.

A instituição ainda acrescentou que as medidas adotadas na portaria anterior, de 16 de março, continuam em vigor. Entre elas estão a suspensão de viagens dos servidores, e a permanência de docentes e servidores com mais de 60 anos em seus domicílios, realizando as atividades remotamente. Já os alunos deverão acessar conteúdos acadêmicos através da internet.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Uncisal suspende aulas por prevenção ao novo coronavírus Medida começa a valer na quarta (18); período da suspensão deve ser definido em reunião nesta tarde. Alagoas tem 1 caso confirmado de Covid-19.**

As aulas na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) foram suspensas como medida de prevenção ao novo coronavírus. A medida, anunciada nesta terça-feira (17), passa a valer a partir de quarta (18).

Alagoas tem 1 caso confirmado de Covid-19, doença causada pelo vírus. O objetivo da suspensão das aulas é evitar aglomerações e, assim, reduzir as chances de contágio.

O período da suspensão ainda vai ser definido. A Uncisal convocou os integrantes do Conselho Superior Universitário (CONSU) para discutir, em uma reunião marcada para



esta tarde, a estratégia da universidade diante da proliferação do coronavírus.

A universidade lembra que a medida é emergencial. Em Alagoas, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), faculdades, escolas e universidades particulares também anunciaram suspensão das aulas.

Além disso, o Governo do Estado e a Prefeitura de Maceió também adotaram medidas preventivas para evitar que o novo coronavírus afete ainda mais a rotina dos alagoanos.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **UFPA suspende aulas e atividades presenciais até 12 de abril por conta de pandemia do novo coronavírus**

**Medida começa a valer a partir do dia 19 de março. Atividades administrativas também serão paralisadas.**

O Grupo de Trabalho (GT) sobre o Covid-19 da Universidade Federal do Pará (UFPA) determinou a suspensão das aulas na instituição a partir do dia 19 de março como prevenção à epidemia da doença. De acordo com a decisão, todas as atividades acadêmicas e administrativas da instituição estão suspensas até o dia 12 de abril.

A decisão foi publicada na manhã desta terça-feira (17), por meio de nota no site da universidade. Segundo a nota, os setores administrativos devem programar ações que possam ser realizadas a distância.

Sobre o funcionamento dos serviços essenciais, a UFPA informou que serão mantidas as atividades dos Hospitais Universitários e de outras unidades. Outras atividades essenciais serão prestadas por meio da página coronavirus.ufpa.br. Caso haja necessidade, membros da comunidade poderão ser convocados para apoiar o trabalho dos Hospitais Universitários.

A UFPA informou que o GT sobre o novo coronavírus acompanhará a evolução do cenário epidemiológico no estado do Pará e divulgará, a qualquer tempo, informações atualizadas sobre o assunto.

#### Outras instituições públicas

##### Uepa

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) divulgou nesta segunda-feira (16) que vai manter as atividades previstas no calendário acadêmico. Na instituição, foi criado um grupo de trabalho sobre o COVID-19 com o objetivo de atuar na educação em saúde, propor medidas específicas para as universidades e divulgar recomendações à comunidade acadêmica.

##### Ufra

A Universidade Rural da Amazônia (Ufra) divulgou orientações para a comunidade acadêmica sobre prevenção e riscos do coronavírus. A instituição informou que enquanto não houver caso detectado de COVID-19 nos municípios onde estão localizados os campi da Ufra, as atividades previstas no calendário acadêmico serão mantidas.

A Ufra orientou ainda que viagens a países que decretaram estado de emergência ou nos quais a epidemia está em pico de transmissão devem ser evitadas. Pessoas da comunidade acadêmica que tenham chegado de lugares com casos confirmados devem comunicar o retorno ao seu diretos, e caso sejam assintomáticos, devem ficar de quarentena por 14 dias.

## IFPA

O Instituto Federal do Pará (IFPA) informou que suspendeu viagens nacionais e internacionais de docentes, técnicos administrativos e discentes. No entanto, as aulas na instituição estão mantidas. O Instituto recomenda que as chefias instituem regime de teletrabalho para os servidores em grupo de risco, ou seja, àqueles que possuem condição clínica potencialmente debilitante, visto que podem evoluir para quadros mais graves de infecção.

## Unifesspa

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) divulgou que instituiu um Comitê de Acompanhamento sobre a evolução dos casos do novo coronavírus. O Comitê informou que avalia como iminente a suspensão das atividades da universidade, tendo em vista a evolução dos casos no território nacional. Contudo, considerando que ainda não há casos confirmados da doença no Pará, a universidade decidiu manter as atividades acadêmicas e administrativas.

## Ufopa

Em Santarém, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) informou, através de nota, que as aulas na instituição estão mantidas mas sob análise do cenário em relação à doença, podendo ser suspeitas posteriormente. A Ufopa recomendou ainda que a realização de eventos já programados seja reavaliada

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

**Professores tentam barrar votação, mas Câmara de Teresina aprova reajuste salarial**

**Os manifestantes tentaram impedir a entrada de vereadores para barrar a votação, mas mesmo assim a sessão aconteceu no Plenarinho da Câmara.**

A Câmara Municipal aprovou, na manhã desta terça-feira (17), a proposta da Prefeitura de Teresina de reajuste para os professores da rede municipal de ensino de 12,8% dividido em duas vezes, sendo metade em março, com retroativo a partir de janeiro, e outra metade no mês de agosto. Os manifestantes tentaram impedir a entrada de vereadores para barrar a votação, mas mesmo assim a sessão aconteceu no Plenarinho da Câmara em portas fechadas.

A assessoria de comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (Sindserm) informou que alguns professores estão realizando uma ocupação na Câmara dos Vereadores desde o primeiro dia da greve que foi deflagrada na última terça-feira (10). Outros docentes estão indo diariamente para dar apoio ao movimento.

Na manhã desta terça, os manifestantes que chegaram ficaram do lado de fora e

tentaram impedir a entrada de vereadores para barrar a votação. Segundo o sindicato, iniciou uma confusão generalizada entre os protestantes e os policiais militares e guardas municipais. Alguns professores informaram que foram agredidos e atingidos com spray de pimenta.

Em entrevista ao G1, o comandante da Guarda Civil Municipal de Teresina, capitão Monteiro Silva, esclareceu que não houve agressão nem truculência por parte dos guardas municipais. “Foi feita a contenção, fizemos com que os vereadores tivessem o direito de entrar no plenário da Câmara Municipal. Não houve nenhum problema por parte da Guarda Civil Municipal”, comentou.

A Polícia Militar informou que não houve nada e que tudo transcorreu dentro da normalidade.

## Reajuste salarial

O reajuste de 12,84% no piso salarial dos professores da educação básica em início de carreira, de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.888,24, foi concedido pelo Governo Federal em janeiro. Esse reajuste já estava previsto na Lei do Piso (Lei 11.738), de 2008, que estabelece aumento anual no mês de janeiro. A lei determina o cálculo base do reajuste na variação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O projeto que parcela o reajuste salarial da categoria deve ser votado nesta quinta-feira (12). A proposta da Prefeitura de Teresina é um reajuste de 12,8% dividido em duas vezes, sendo metade em março com retroativo a partir de janeiro e outra metade no mês de agosto. Mas os professores queriam o reajuste integral e pedem a retirada do projeto da pauta de votação.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

### UFRN suspende aulas presenciais por tempo indeterminado para conter avanço do coronavírus

#### Decisão foi tomada na manhã desta terça-feira (17).

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) decidiu suspender todas as atividades acadêmicas por tempo indeterminado, a partir desta terça-feira (17), como forma de tentar conter o avanço do contágio pelo novo coronavírus (Covid-19). A decisão foi informada pelo vice-reitor da instituição Henio Ferreira de Miranda durante entrevista na Rádio Universitária.

A medida acontece após alterações nos três poderes do Rio Grande do Norte e outras repartições públicas por causa do novo coronavírus. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) já havia suspenso as aulas presenciais, no domingo (15) para evitar aglomerações.

Na segunda-feira (16), a UFRN havia publicado uma Portaria que autorizava que professores com mais de 60 anos, gestantes, lactantes ou com doenças crônicas impeditivas ministrassem aula por ensino à distância. Os estudantes nestas mesmas condições também estavam inclusas na determinação. No entanto, as aulas que envolviam professores e alunos fora do grupo considerado de risco estavam mantidas.

O pronunciamento desta terça-feira (17) altera essa recomendação e informa que as

# CLIPPING



aulas ficam suspensas. Ainda segundo a universidade, o trabalho administrativo não será interrompido por enquanto, mas esse quadro poderá mudar nos próximos dias a depender do comportamento da pandemia.

A UFRN montou o Comitê Covid-19 para monitorar a doença dentro da comunidade universitária. “Ficamos sob alerta e em contato constante com o Comitê para embasar nossas medidas. Hoje, nosso grupo de especialistas recomendou a suspensão e acatamos a orientação para preservar a saúde dos integrantes da UFRN”, explicou o reitor Daniel Diniz.

